

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
Departamento de Geografia

VINÍCIUS PEREIRA

**A INFÂNCIA, A MODERNIDADE E A RUA**

A relação entre a criança e o espaço urbano na contemporaneidade em meio à crise da cidade

São Paulo

2021

VINÍCIUS PEREIRA

**A INFÂNCIA, A MODERNIDADE E A RUA**

A relação entre a criança e o espaço urbano na contemporaneidade em meio à crise da cidade

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao curso de graduação em Geografia da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do grau de bacharel em Geografia

Orientador: Prof. Dr. César Ricardo Simoni  
Santos

São Paulo

2021

VINÍCIUS PEREIRA

**A INFÂNCIA, A MODERNIDADE E A RUA**

A relação entre a criança e o espaço urbano na contemporaneidade em meio à crise da cidade

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao curso de graduação em Geografia da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do grau de bacharel em Geografia

Orientador: Prof. Dr. César Ricardo Simoni Santos

Aprovado em:

Banca Examinadora:

---

Prof. Dra. Amélia Luísa Damiani

USP

---

Prof. Dr. César Ricardo Simoni Santos

USP

---

Prof. Dr. Glauco Roberto Gonçalves

UFG

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P436i      Pereira, Vinícius  
A infância, a modernidade e a rua: A relação entre a criança e o espaço urbano na contemporaneidade em meio à crise da cidade / Vinícius Pereira; orientador César Ricardo Simoni Santos - São Paulo, 2021.  
43 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Geografia Urbana. 2. Infância. 3. Apropriação do espaço. 4. Modernidade. 5. Cotidiano. I. Santos, César Ricardo Simoni, orient. II. Título.

Às crianças de minha vida: Àquela que um dia fui, na rua, sem querer querendo; àquela que hoje em mim habita e não deixa morrer o desejo de brincar e jogar; e àquelas que, com sua pureza, fantasia e espontaneidade, renovam todos os dias a minha alegria de viver!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço...

Ao meu pai, à minha mãe, à Ita, ao Dú, ao Nilo e toda minha família que, apesar das constantes reclamações a respeito da duração da graduação, sempre apoiaram e deram o suporte necessário à minha formação.

À Fernanda, minha gatinha, por me aguentar todos os dias, por me ver de um jeito muito especial, por ter aparecido assim do nada e em tão pouco tempo ter conquistado seu espaço em mim! Valeu por ler e apreciar este ensaio durante sua construção, isso me deu forças para continuar a escrevê-lo.

Aos meus amigos: Bia, Cururu, Chicão, Horácio, Lili, Paloma e Pedro! Sem vocês eu nunca teria entrado num bar e minha passagem pela universidade e pela vida não seriam a mesma! Ao Cururu e ao Horácio um agradecimento a mais, por terem lido e revisado este texto.

Aos professores, amigos e colegas da Geografia e da USP que contribuíram com minha formação, subjetiva e acadêmica. Certamente uma experiência enriquecedora e irreproduzível!

Ao César, meu professor e orientador, pela paciência em orientar um perdido, pelas críticas sempre muito pertinentes e ponderadas, além das discussões e debates que foram imprescindíveis para a realização deste trabalho.

Àqueles que dispuseram de seu precioso tempo para oferecer-me suas narrativas. Ainda que um pequeno pedaço de suas histórias, foi um prazer ouvi-las!

À molecada e aos vizinhos da rua: minha infância, como se realizou, só foi possível graças a vocês!

## RESUMO

A cidade gradualmente esvazia-se de seus conteúdos sociais e seus significados são, portanto, reduzidos. Pouco a pouco, o sentido da vida urbana, aquele do encontro entre os diferentes, de realização da festa e do lúdico, da multiplicidade de formas de uso e apropriação dos tempos e dos espaços, recua. O cotidiano se anuncia como forma de controle dos corpos e regulação da vida, um modo de vida altamente programado, medido ao tempo da produção, do consumo e de uso funcional e restrito dos espaços. As ruas, no interior desse jogo, tornam-se espaços de passagem para os novos consumidores usufruírem de sua liberdade autorregulada ou para o automóvel, símbolo moderno que trouxe consigo a urbanização avassaladora. A infância, antes vivida na rua, já não entende esse espaço como lugar excepcional para sua realização. Há uma recusa consciente e não intencional de vivê-la em toda sua extensão, tanto pelas crianças como pelos adultos. A rua é perigosa e se desconhece ou se ignora o potencial da infância ali vivida. A criança e o jovem separados da rua tornam-se, ao contrário, nova linha de frente para a exploração econômica. Daí a criação de lugares funcionais e padronizados, preparados especificamente para o brincar e para o aprender, sejam eles públicos ou privados. Afastamos, mais uma vez, do direito à vida urbana, na medida em que abandonamos a rua e a infância aos destinos da solidão. Contudo, os sentidos da existência humana, tais como o jogo e o prazer, são por si só irredutíveis, não se deixam aniquilar e têm a infância como sua maior fonte de expressão. Do conflito entre a criança e a racionalidade moderna insurgem resíduos de práticas históricas da infância na rua como formas de resistência, uma vez que se apropriam dos corpos, dos tempos e dos espaços. A dimensão do uso não se ajusta imediatamente à razão abstrata e, portanto, não é apagada do cotidiano vivido. A infância revela, portanto, um olhar, um potencial para um mundo completamente diferente, pois consegue o que o adulto não pode: dar outro sentido às coisas. Em suma, nessa relação contraditória entre a infância, a rua e a modernidade, encontram-se elementos para elucidar o cotidiano das crianças que se realiza em meio à crise da cidade e do urbano. É por este caminho sinuoso que se atreve esta investigação.

**Palavras chave:** Apropriação do Espaço/Tempo; Cotidiano; Direito à cidade; Infância; Modernidade; Rua.

## ABSTRACT

The city gradually empties itself of its social contents and its meanings are therefore reduced. Little by little, the meaning of urban life, that of the encounter between different people, of celebration and play, of the multiplicity of forms of use and appropriation of times and spaces, recedes. Everyday life is announced as a way of controlling bodies and regulating life, a highly programmed way of life, measured at the time of production, consumption and functional and restricted use of spaces. The streets, within this game, become spaces of passage for new consumers to enjoy their self-regulated freedom or for the automobile, a modern symbol that brought with it the overwhelming urbanization. Childhood, previously lived on the street, no longer understands this space as an exceptional place for its realization. There is a conscious and unintentional refusal to live it to its fullest extent, by both children and adults. The street is dangerous and the potential of the childhood lived there is unknown or ignored. On the contrary, the child and youth separated from the street become a new front line for economic exploitation. Hence the creation of functional and standardized places, specifically prepared for playing and learning, whether public or private. We are moving away, once again, from the right to urban life, as we abandon the street and childhood to the destinies of solitude. However, the meanings of human existence, such as games and pleasure, are in themselves irreducible, do not allow themselves to be annihilated and have childhood as their greatest source of expression. From the conflict between children and modern rationality, residues of historical practices of childhood in the street emerge as forms of resistance, as they appropriate bodies, times and spaces. The dimension of use does not immediately adjust to abstract reason and, therefore, is not erased from lived everyday life. Childhood reveals, therefore, a look, a potential for a completely different world, as it achieves what adults cannot: give another meaning to things. In short, in this contradictory relationship between childhood, the street and modernity, there are elements to elucidate the daily lives of children that take place amidst the crisis of the city and the urban. It is along this winding path that this investigation dares.

**Keywords:** Appropriation of Space/Time; Childhood; Everyday life; Modernity; Street; The right to the city.

## RESUMEN

La ciudad gradualmente se va vaciando de sus contenidos sociales y sus significados, por lo tanto, se reducen. Poco a poco, el sentido de la vida urbana, el del encuentro entre los diferentes, de realización de la fiesta y del lúdico, de la multiplicidad de formas de uso y apropiación de los tiempos y espacios, retrocede. El cotidiano se anuncia como una forma de controlar los cuerpos y regular la vida, un modo de vida altamente programado, medido por el tiempo de la producción, del consumo y de uso funcional y limitado de los espacios. Las calles, dentro de este juego, se convierten en espacios de paso para que los nuevos consumidores disfruten de su libertad autorregulada o para el automóvil, símbolo moderno que trajo consigo la abrumadora urbanización. La infancia, antes vivida en la calle, ya no entiende este espacio como lugar excepcional para su realización. Hay un rechazo consciente e involuntario de vivirla en toda su extensión, tanto por parte de los niños como de los adultos. La calle es peligrosa y se desconoce o se ignora el potencial de la infancia vivida allí. Los niños y jóvenes separados de la calle se convierten, por el contrario, en nueva frente para la explotación económica. De ahí la creación de lugares funcionales y estandarizados, específicamente preparados para el juego y el aprendizaje, ya sean públicos o privados. Una vez más, nos alejamos del derecho a la vida urbana abandonando la calle y la infancia a los destinos de la soledad. Sin embargo, los significados de la existencia humana como el juego y el placer son irreductibles en sí mismos, no se dejan aniquilar y tienen la infancia como su mayor fuente de expresión. Del conflicto entre los niños y la racionalidad moderna, emergen residuos de prácticas históricas de la niñez en la calle como formas de resistencia puesto que se apropian de los cuerpos, tiempos y espacios. La dimensión del uso no se ajusta inmediatamente a la razón abstracta y, por lo tanto, no se extingue del cotidiano vivido. La infancia revela, así, una mirada, un potencial para un mundo completamente diferente, ya que logra lo que los adultos no pueden: dar otro sentido a las cosas. En definitiva, en esta relación contradictoria entre la infancia, la calle y la modernidad, se encuentran elementos para elucidar la vida cotidiana de los niños que se desarrolla en medio de la crisis de la ciudad y del urbano. Es por este sinuoso camino que se atreve esta investigación.

**Palabras clave:** Apropiación del espacio/tiempo; Calle; Cotidiano; Derecho a la ciudad; Infancia; Modernidad.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 INFÂNCIA E MODERNIDADE.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 História da Infância.....</b>	<b>12</b>
<b>2.2 Contradições na relação entre a infância e a modernidade.....</b>	<b>15</b>
<b>3 A CRISE DA CIDADE E A RELAÇÃO ENTRE A CRIANÇA E O ESPAÇO URBANO NA CONTEMPORANEIDADE.....</b>	<b>19</b>
<b>3.1 A infância vivida na rua.....</b>	<b>19</b>
<b>3.2 Espaço-Tempo na metrópole, a cidade de Santa Isabel (SP) e o abandono dos sentidos da rua.....</b>	<b>23</b>
<b>3.3 O cotidiano infantil na metrópole.....</b>	<b>30</b>
<b>4 O POTENCIAL DA INFÂNCIA NA RUA E O DIREITO À CIDADE.....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>42</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No esforço de observação e análise da realidade, no atual contexto histórico da sociedade urbana, é comum nos remetermos ao passado na tentativa de compreender o conjunto de transformações que ocorrem no interior da sociedade desde então. Assim sendo, ao evocar nossa infância - aquela na qual, por meio da tomada da rua para o jogo e para a brincadeira, usufruíamos despretensiosamente do espaço, do tempo e do corpo, vivenciando a cidade em vários de seus aspectos - acionamos um emaranhado de experiências que, contrapostas às práticas cotidianas das crianças na contemporaneidade, evidenciam estratégias de usurpação da possibilidade desses sujeitos de reafirmarem a rua enquanto um espaço único de socialização e realização da infância. Ao arrancar a rua das crianças e as crianças das ruas, o sentido de uso da rua é reduzido, intensifica-se o processo de esvaziamento desse espaço e prepara-o enquanto lugar exclusivo da e para a reprodução econômica.

Assistimos, portanto, a um gradual esvaziamento das ruas das cidades, que se revela, sobretudo, a partir de um conflito entre os interesses de reprodução do espaço pelo capital e a necessidade de apropriação do espaço público, nesse caso pela infância. É visível a desigualdade de forças no interior dessa disputa, fenômeno cada vez mais evidente na medida em que a cidade, ou se torna unicamente lugar de passagem para as crianças dentro dos transportes privado e coletivo, ou sequer existe no imaginário infantil, assumindo formas que se convertem precocemente em alienação urbana.

A cidade de Santa Isabel (SP) encontra-se a uma distância de cerca de uma hora da capital paulista. Insere-se na lógica metropolitana e ajusta-se a ela à sua maneira, sobretudo, como espaço subordinado que, apesar de localizar-se nas bordas da metrópole, alimenta-se ou, ainda, participa dialeticamente da dinâmica que constitui essa totalidade. Entretanto, assim como em outros fragmentos da metrópole paulista, é ainda possível ver nesta cidade resquícios de práticas típicas da infância de outrora. Há nessas práticas algo que resiste ao desgaste ininterrupto provocado pela expansão de lógicas que degradam o sentido da vida urbana. Práticas um dia amplamente disseminadas por todos os cantos das cidades, hoje quase extintas, mas que permanecem enquanto resíduos de um outro tempo. Existe, inegavelmente, algo de irreduzível, que sobreviveu à captura dessa urbanização que emerge e traz em seu bojo um novo modo de vida que se impõe sobre a sociedade.

Marcado por um novo uso do tempo e dos espaços, um uso funcional, fortemente controlado e medido ao ritmo da produção e do consumo, da fábrica e do comércio, esse novo

modo de vida anuncia o cotidiano como forma de controle dos corpos e regulação da vida, que vai se espriar até atingir a infância como uma nova linha de frente da exploração econômica.

A relação entre a criança e os espaços públicos das cidades, sobretudo as ruas, antes muito mais perceptível, sem dúvida vem sofrendo modificações. Tais diferenças se evidenciam no próprio cotidiano das crianças, fortemente padronizado, ordenado por novas formas de consumo dos tempos e dos espaços. Vive-se o momento de instauração do cotidiano na infância, donde determinam-se as formas de uso do espaço e o emprego do tempo. Tudo programado como estratégia de controle, numa tentativa cada vez mais explícita de subjugação da infância, portanto, a uma vivência superficial da cidade, sem a criação de vínculos ou memórias afetivas, sem a formação de uma identidade com o lugar.

A cidade se esvaziou! Essa observação não só causa um choque inicial como também gera um incômodo, um mal-estar que não cessa. Como explicar as diferentes experimentações de infância entre gerações que se sucedem e distanciam-se por tão curto espaço de tempo? Para onde foram as crianças? Onde estão e quais são os seus lugares? Por que não brincam mais nas ruas? Enfim, nos parece que a infância (mas não somente ela) perdeu seu espaço na cidade, foi separada da rua violentamente sem o uso da força. A rua não constitui mais o espaço de socialização da infância, do encontro com o diferente, do brincar, da realização do lúdico. Por quê? A essa pergunta, tentaremos encontrar pelo menos uma resposta.

## 2 INFÂNCIA E MODERNIDADE

### 2.1 História da Infância

Demorou muito tempo até que se desse conta que as crianças não são homens ou mulheres em dimensões reduzidas. (BENJAMIN, 2009, p.86)

A infância nasce e se desenvolve em paralelo à racionalidade moderna ocidental, ou antes, não poderia ter surgido e se legitimado como uma categoria social sem esta última. Em outras palavras, a modernidade dá origem a uma concepção e a um conceito de infância inexistentes nos períodos precedentes, sobretudo, na Idade Média, época na qual a separação entre o adulto e a criança não era sequer cogitada (POSTMAN, 1999). Isso se dava porque no período feudal, não havia nada que pudesse distinguir um adulto de um jovem ou de uma criança, ambos compartilhavam dos mesmos costumes, estavam inseridos na cultura e na sociedade de maneira semelhante, ou seja, a criança era vista como um adulto em escala reduzida.

Desse modo, o que hoje é associado à vida adulta – os segredos mais obscuros desta como o sexo e a violência - era também parte do universo social dos mais jovens naquele contexto histórico e espacial. A maturidade, controle das pulsões, capacidade de interpretação lógica e, em suma, a ideia de uma racionalidade humana capaz de ser plenamente desenvolvida, só terá início com o Renascimento. É a partir daí que o germe da infância é plantado e a separação entre o adulto e a criança começa a ser delineada.

A ideia de infância é uma das grandes invenções da Renascença. Talvez a mais humanitária. Ao lado da ciência, do estado-nação e da liberdade de religião, a infância, como estrutura social e como condição psicológica, surgiu por volta do século dezesseis e chegou refinada e fortalecida aos nossos dias. (POSTMAN, 1999, p.12)

A transformação dos paradigmas informacionais e comunicacionais da sociedade europeia no século XVI, com o advento de novos meios de comunicação, sobretudo, o aparecimento de uma cultura letrada centrada na aquisição de conhecimentos por meio da leitura, possibilitou e/ou exigiu mudanças nos hábitos e costumes da população, em especial no que se refere à importância dada à educação e à palavra escrita.

No transcorrer do século um ambiente simbólico inteiramente novo tinha sido criado. Esse ambiente encheu o mundo de consciência. Individualidade, enriquecida capacidade para o pensamento conceitual, vigor intelectual, crença na autoridade da palavra impressa, paixão por clareza, sequência e razão – tudo isso passou para o primeiro plano, enquanto o oralismo medieval retrocedia. (POSTMAN, 1999, p.50)

Nesse ínterim, observa-se uma progressiva separação entre aqueles que detinham uma espécie de conhecimento (ou a possibilidade de adquiri-lo) e um conjunto de habilidades e características desejáveis - desde a alfabetização até a capacidade de pensamento lógico-conceitual - e aqueles que não as possuíam, diferenciando-se assim dois grupos distintos de indivíduos: os adultos e com efeito, as crianças. Esse processo, no entanto, deu-se em ritmos e formas distintas entre os grupos sociais, no contexto de desenvolvimento de uma sociedade burguesa cindida em classes. A princípio, o conhecimento era restrito a uma pequena parcela da população. O que vale ressaltar, porém, é que as classes mais abastadas da sociedade e intelectuais da época contribuíram para a formação de um ambiente simbólico que ditava as regras de comportamento e sociabilidade ideais associadas à vida adulta, qualificando a infância como o período da experiência humana destinado à aquisição e ao desenvolvimento dessas características.

Como consequência desse momento histórico, a escola é resgatada da antiguidade e se torna a instituição destinada à alfabetização e educação de uma sociedade em transformação:

[...] os jovens teriam de se tornar adultos e, para isso, teriam de aprender a ler, entrar no mundo da tipografia. E para realizar isso precisariam de educação. Portanto a civilização europeia reinventou as escolas. E, ao fazê-lo, transformou a infância numa necessidade. (POSTMAN, 1999, p.50)

A modelação da mente e o controle dos corpos tornam-se fundamentais para a inserção dos jovens em uma sociedade organizada pela e por meio da razão abstrata. A educação escolar, mas também familiar, tornam-se exigências na infância, transformando as relações entre adultos e crianças e auxiliando no próprio movimento de significação dessa etapa da experiência humana. A infância possuía, antes de tudo, um fim, que era a formação do adulto. Tratava-se, então, de uma sociedade centrada no adulto, ou antes, no adulto racional, daí a importância dada a educação.

Nesse contexto, a educação/escolarização/socialização da infância significou objetivamente moralizá-la, expressando-se como um processo longo de inscrição de um “outro” maduro, moral, racional na infância, encarnado na voz imperativa da vigilância, da repreensão e da punição. (DEBORTOLI, 2008, p. 73)

Certamente, o processo de definição da infância como categoria social não se deu sem contradições. Logo no século XVIII, por exemplo, com o crescimento das grandes cidades industriais e a necessidade de trabalhadores nas fábricas e minas, a especificidade das crianças foi subjugada à sua utilidade como mão-de-obra barata, principalmente as crianças pobres (POSTMAN, 1999). Diante desse panorama, a visão ainda em gestação de que a criança necessitava de proteção para o pleno desenvolvimento de suas faculdades intelectuais, psicológicas e sociais para tornar-se um adulto funcional foi relegada a segundo plano, diante

das demandas da economia crescente. A escola também adquire outra função: a formação de mão-de-obra especializada. Não podemos, desse modo, esquecer que o nascimento e o desenvolvimento da concepção de infância acompanharam o nascimento e desenvolvimento do capitalismo industrial. Isso se refletia nas diferentes experiências entre as distintas classes sociais nas quais a criança estava inserida, pois como lembra Walter Benjamin: “as crianças não constituem nenhuma comunidade isolada, mas antes fazem parte do povo e da classe a que pertencem.” (BENJAMIN, 2009, p.94). Mas, mesmo diante desse contexto contraditório, a infância resiste e ganha gradativamente novos aspectos, institucionalizando-se como estrutura social e como condição psicológica, ganhando maior expressividade nos últimos séculos.

Ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, intelectuais do período Iluminista, tais como Rousseau e Locke e mais adiante Freud e Dewey, serão de grande importância para a sedimentação do conceito de infância na sociedade moderna. Ao debater questões sobre a natureza do Homem e o próprio sentido da infância na experiência humana, criaram bases para que esta se consolide como uma instituição social a ser preservada e protegida, tendo esse fato refletido nas leis e diretrizes a respeito das crianças na Europa e em outras partes do mundo.

Locke promoveu a teoria da infância ao expor sua ideia bastante conhecida de que ao nascer a mente é uma folha em branco, uma tábula rasa. Deste modo, recai sobre os pais e mestres (e, mais tarde, sobre o governo) uma grande responsabilidade pelo que, finalmente, será inscrito na mente. Uma criança ignorante, despida de vergonha, indisciplinada, representava o fracasso dos adultos, não da criança. (POSTMAN, 1999, p.71)

Essa ideia, ao mesmo tempo que reforça os valores da sociedade moderna, contribui para a manutenção do paradigma da infância, uma vez que se reconhece o estatuto das crianças como sujeitos que demandam atenção especial e impõe aos adultos a tarefa de bem educá-las. Da mesma forma que o pensamento de Locke, a incessante busca de Rousseau pela compreensão do estado de natureza do ser humano e a identificação da infância como o estágio da vida em que o homem mais se aproxima dessa condição, favoreceu o direcionamento de um olhar atento da sociedade sobre as crianças, pois estas deveriam, segundo sua visão descrita por Postman, “não serem sufocadas pelos extravasamentos doentios da civilização”. (POSTMAN, 1999, p.74)

A obsessão de Rousseau pelo estado de natureza e seu correspondente desprezo pelos “valores civilizados” levaram à atenção do mundo, como ninguém tinha feito antes dele, as virtudes infantis da espontaneidade, pureza, vigor e alegria, todas as quais vieram a ser consideradas como características a serem cultivadas e cultuadas. (POSTMAN, 1999, p.73)

Diante desse panorama, já no final do século XIX, havia um espectro que rondava a sociedade moderna ocidental, a respeito do valor da infância e de suas necessidades específicas, que viriam a ser finalmente sintetizados por Sigmund Freud e John Dewey:

Freud e Dewey cristalizaram o paradigma básico da infância que vinha se formando desde a invenção da prensa tipográfica: a criança como aluno ou aluna cujo ego e individualidade devem ser preservados por cuidados especiais, cuja aptidão para o autocontrole, a satisfação adiada e o pensamento lógico devem ser ampliados, cujo conhecimento da vida deve estar sob o controle dos adultos. Ao mesmo tempo, contudo, a criança é entendida como detentora de suas próprias regras de desenvolvimento e de um encanto, curiosidade e exuberância que não devem ser sufocados – na verdade são sufocados – com risco de não alcançar a maturidade adulta. (POSTMAN, 1999, p.77)

Como podemos ver, o caminho percorrido pela infância, desde seu surgimento até os dias atuais, é cheio de contradições, mas que, como efeito, levaram às percepções que dela temos hoje e à definição de seu conteúdo (ou de seus conteúdos).

## **2.2 Contradições na relação entre a infância e a modernidade**

Os dias da criança escapa ao tempo dos adultos, é um tempo ampliado de subjetividade, pela paixão, pelo sonho habitado pela realidade. Fora desse universo, os educadores vigiam, esperam, de relógio na mão, que a criança entre na roda do tempo adulto. São elas que têm o tempo. (VANEIGEM, 2002, p.233)

A infância, não sendo separada da reprodução da sociedade, ou ainda, sendo momento dela, não deve ser entendida enquanto “[...] ideia abstrata, tampouco natural, menos ainda neutra. ” (DEBORTOLI, 2008, p.71). Não se trata de uma etapa cronológica do desenvolvimento do homem, mas, antes e fundamentalmente, condição da experiência do humano, com seus próprios sentidos e significados. Além disso, a criança não é um ser vazio, desprovido de ação, estático, fixo, a esperar que a cultura o preencha de suas melhores contribuições. É sujeito. Imersa na cultura, ela é produto e produtora, parte fundamental do movimento geral de reprodução da sociedade. À medida que a criança se relaciona com os tempos e espaços cotidianos, transforma-os e é também definidas por estes. Ela é um ser que participa da construção da história e da cultura de seu tempo, portanto, ela é hoje, e não a promessa de um amanhã.

É interessante observar, contudo, que desde o início da cultura e da civilização moderna a irracionalidade foi atribuída à infância, embora como um elemento a ser suprimido para conquistar-se a maturidade, a perfeição e a autonomia da razão, valores associados à vida adulta. O tempo descomedido da criança é objeto banalizado pelo adulto:

A máscara do adulto chama-se “experiência” [...] ele sorri com ares de superioridade [...] de antemão ele já desvaloriza os anos que estamos vivendo,

converte-os na época das doces asneiras que se cometem na juventude, ou no êxtase infantil que precede a longa sobriedade da vida séria. Assim são os bem intencionados, os esclarecidos. Mas conhecemos outros pedagogos cuja amargura não nos proporciona sequer os curtos anos de “juventude”; sisudos e cruéis querem nos empurrar desde já para a escravidão da vida. Ambos, contudo, desvalorizam, destroem os nossos anos. E, cada vez mais, somos tomados pelo sentimento de que a nossa juventude não passa de uma curta noite [...]; depois vem a grande “experiência”, anos de compromisso, pobreza de ideias, lassidão. Assim é a vida, dizem os adultos, eles já experimentaram isso. (BENJAMIN, 2009, p. 23-24)

Como descreve Benjamin nessa passagem, existe entre a comunidade adulta um desprezo pelos valores não modernos, um desprezo pela infância. Adulto que já foi um dia criança, mas instruído desde muito cedo a reprimir suas pulsões, ver-se sério, entender a lógica do mundo, ajustar-se a ela, entrar na roda do tempo produtivo e convencer-se da efemeridade e da trivialidade da infância e dos elementos que a acompanham - restritos a essa etapa da vida - para, enfim, abraçar a vida adulta, como quem toma um presente de malgrado com um sorriso no rosto.

Portanto, ainda que ao longo do desenvolvimento da modernidade tenha-se tido um compromisso com a proteção da criança e de suas características fundamentais, isso era posto em segundo plano, já que o fim último da infância seria a realização plena da vida adulta. E isso se efetiva pela educação, segundo um modelo estabelecido científica e institucionalmente:

[...] psicologia e ética são os polos em torno dos quais se agrupa a pedagogia burguesa. [...]. Por um lado, a pergunta pela natureza do educando: psicologia da infância, da adolescência; por outro lado, a meta da educação: o homem integral, o cidadão. [...]. Na verdade, ambas as essências são máscaras complementares entre si, do concidadão útil, socialmente confiável e ciente de sua posição. É o caráter inconsciente dessa educação, ao qual corresponde uma estratégia de insinuações e empatias: “As crianças têm mais necessidade de nós do que nós delas”, eis a máxima inconfessada dessa classe, que subjaz tanto às especulações mais sutis de sua pedagogia como à sua prática de reprodução. (BENJAMIN, 2009, p. 121-122)

Constrói-se assim uma infância pautada na continuidade cronológica, no tempo como sucessão e sequência de etapas do desenvolvimento. Um estágio a ser percorrido e finalmente concluído, um projeto de consumação da racionalidade moderna. Guiada pelo adulto experiente, a criança conforma-se desde muito pequena a esse caminho sinuoso chamado educação, do qual extrai os elementos necessários para sua inserção e reprodução na sociedade. Aos poucos, deixa de ser criança, torna a infância memória e nada leva dessa experiência a não ser as regras do jogo adulto. Como enfatiza Debortoli: “A infância foi concebida como um fragmento de tempo a ser deixado para trás, esquecido em nome de um futuro idealizado, espaço a ser percorrido e vencido em direção ao que se projetou como maduro, racional, moral e científico.” (DEBORTOLI, 2008, p.73).

Em “Chegando Atrasado”, Walter Benjamin narra um episódio de sua infância, no qual o ajustamento social à lógica do tempo da produção é inculcado sutilmente ao cotidiano da criança:

O relógio no pátio da escola parecia ter sido danificado por minha culpa. Indicava “atrasado”. No corredor penetravam murmúrios de consultas secretas vindos das portas das salas de aula que eu roçava ao passar. Atrás delas, professores e alunos eram camaradas. Ou então tudo permanecia em silêncio, como se alguém fosse aguardado. Inaudivelmente apalpei a maçaneta. O sol inundava o lugar onde eu me achava. Foi assim que violei meu dia que mal começara, e entrei. Ninguém parecia me conhecer. Tal como o diabo se apodera da sombra de Peter Schlemihl, também o professor retivera meu nome desde o início da lição. Não deveria mais ser chamado. Quietamente, ocupei-me até o toque da sineta. Mas foi tudo em vão. (BENJAMIN, 2004, p. 83-84)

Verifica-se não só o mal-estar sentido pelo pequeno Benjamin sobre algo vivido em sua infância, mas também a perversidade de uma lógica a qual os sujeitos são submetidos desde muito cedo. Os ponteiros do relógio danificado não marcam as horas, não indicam nada senão a condição de atraso. Não é o tempo do humano de que se fala, mas de um tempo abstrato, que não para e não tolera atrasos ou faltas. É a representação de um tempo que se materializa nas relações entre os indivíduos, subjuga-os, humilha-os, extrai pouco a pouco sua humanidade, tal como acontece com Benjamin, que tem seu próprio nome, sua personalidade e subjetividade suprimidos, como se lhe roubassem a sombra, diz ele, como se ninguém o conhecesse. O professor é amigo daqueles que chegam no horário fixado e realizam suas atividades precisamente, enquadram-se às normas. Ao desviante, resta o silêncio e o isolamento, a solidão. A criança é levada a sabotar a si própria, contrariar sua natureza, ajustar-se à razão do mundo, e isso significa para ela fazer parte da sociedade, ser reconhecida, evitar constrangimentos e punições, não estar só. Como aponta Raoul Vaneigem:

A imposição pelos adultos do tempo deles é sentida pela criança primeiro como uma intrusão. Depois acaba sucumbindo a ele, consente em envelhecer. Desconhecendo tudo a respeito dos métodos de condicionamento, deixa-se apanhar na armadilha, como um animal jovem. (VANEIGEM, 2002, p.233)

Os mecanismos de dominação e poder aos quais as crianças são submetidas se apresentam no e pelo cotidiano de formas mais ou menos explícitas, de um modo tal que a infância ou aquilo que configura sua especificidade em relação ao mundo adulto, é retirada lentamente da experiência dos sujeitos, a partir do disciplinamento dos corpos, controle dos impulsos e conformação da mente aos desígnios da razão. Contraditoriamente, percebe-se que a infância é, desde sua origem, a negação daquilo que possibilitou sua existência: a racionalidade moderna. A infância é “[...] irracional, espontânea, despreocupada, [...] ponto de partida de um futuro idealizado. ” (DEBORTOLI, 2008, p.78). São estes, porém, aqueles elementos essenciais da vida tais como o lúdico, a paixão, o ócio, o sonho, o prazer e a fantasia,

etc. Atribuídos à infância, mas progressivamente suprimidos desta, indicam, porém, a precariedade da sobrevivência humana ao serem totalmente apagados do universo adulto concebido. “A modernidade anunciou uma trajetória que culminava com uma ideia de perfeição – científica, racional, madura, tecnológica, eficiente, disciplinada, saudável e bela – para qual as crianças deveriam ser preparadas. ” (DEORTOLI, 2008, p.74). Mas, como bem sabemos, esse ideal tampouco se realizou.

De qualquer forma, a infância se anuncia para nós como um dos últimos redutos de apropriação irrestrita dos tempos e espaços cotidianos, tema que iremos debater mais adiante nessa pesquisa. Ela (a infância) revela aquilo que foi esquecido pela modernidade, foi, no limite, segregado a uma etapa da experiência humana, se quisermos assim dizer, pois não poderia (e não pode) ser apagado, já que irredutível. A experiência infantil denuncia a arbitrariedade do mundo moderno governado pela razão e exhibe o potencial para a realização da vida plenamente vivida, que, por meio da valorização da mente e da domesticação do corpo, vai sendo pouco a pouco exterminado até tornar-se memória.

O hábito ainda não fez a sua obra. Uma vez que começamos a nos orientar, a paisagem de um só golpe desapareceu, como a fachada de uma casa quando entramos. Ainda não adquiriu uma preponderância através da investigação constante, transformada em hábito. Uma vez que começamos a nos orientar no local, aquela imagem primeira não pode nunca restabelecer-se. (BENJAMIN, 2004, p.43)

A criança que observa pelo lado de fora o mundo adulto, pois ainda não está imersa na cultura da sociedade, revela a virtualidade de uma lógica possível. Infância e cultura, encaram-se frente a frente, assim como quem vê a fachada da casa. Uma vez dentro, perde-se essa perspectiva. Um olhar deixado para trás pelo adulto, mas comum à criança ainda não conformada pela razão. Ela inventa outros sentidos às coisas já tão naturalizadas para o adulto, ela sonha com outras possibilidades e usos, pois o hábito não fez dela, ainda, sua obra. Como observa Vaneigem:

Os dias da criança escapa ao tempo dos adultos, é um tempo ampliado de subjetividade, pela paixão, pelo sonho habitado pela realidade. Fora desse universo, os educadores vigiam, esperam, de relógio na mão, que a criança entre na roda do tempo adulto. São elas que têm o tempo. (VANEIGEM, 2002, p.233)

Neste jogo entre a Modernidade e a Infância, sabemos quem frequentemente ocupa o lugar de vencedor. Mas como num bom jogo, o sentido reside no jogar e não na vitória. As crianças sabem disso e, assim, a infância segue jogando. Mesmo ignorada, resiste, recria-se, ganha novas facetas, mas não perde sua essência. No entanto, enfraquece e perde parte de sua expressividade. Vacila enquanto o lugar de sua realização, a rua, é capturada pela racionalidade. Onde estão as crianças? Gritam os mais nostálgicos. Antes de responder a essa pergunta, contudo, é necessário dizer onde elas estavam.

### 3 A CRISE DA CIDADE E A RELAÇÃO ENTRE A CRIANÇA E O ESPAÇO URBANO NA CONTEMPORANEIDADE

#### 3.1 A infância vivida na rua

As crianças de um meio urbano pobre [...] brincavam na rua e as calçadas, terrenos baldios, são também seu ambiente doméstico. As ruas se associam irresistivelmente com brincadeiras porque eram o reinado delas. (BOSI, 1994, p.438)

A infância e a rua, até pouco tempo atrás, formavam um par inseparável. A rua era o lugar da infância, onde ela ganhava maior expressividade. “ [...] toda criança foi equilibrista e pintora, ceramista e botânica, arquitecta e caçadora, lavradora e escultora, tecedeira e investigadora...e tudo o mais o quanto pôde aprender na principal das suas escolas – a Rua! ” (AMADO, 2008, p.95).

Simultaneamente, a rua pulsava, era viva de sentidos, graças às brincadeiras e aos jogos das crianças e jovens que se apropriavam desse espaço cotidianamente. O pega-pega, o esconde-esconde, o pique-salve, a mãe-da-rua, o taco, a bolinha de gude, o pião, a amarelinha, a corda, o pega-bandeira, o mestre mandou, o pula-cela, o pipa, o polícia e ladrão e as várias modalidades de futebol de rua são exemplos de brincadeiras, jogos e brinquedos que dependiam do espaço da rua para sua realização, pois ali ganhavam contornos específicos, ali expressavam as marcas de uma sociabilidade indistinta, ali, no encontro com o diferente, as crianças tomavam posse de um legado passado de geração em geração e o reinventavam de acordo com suas próprias experiências e contextos.

Entre as ruas da vizinhança, as crianças escolhiam a mais central, ou onde moravam a maioria das crianças, para brincar ou jogar futebol; a mais íngreme para andar de carrinho de rolimã ou skate; todas tinham a sua finalidade ou característica. Andar de bicicleta ou na guia, correr, caminhar, jogar bola, brincar de esconde-esconde e circular por toda a vizinhança fazia com que as crianças conhecessem o lugar onde moravam. Para elas, era fácil imaginar os mapas mentais do local; tinham seus pontos de referência e sabiam situar-se. (OLIVEIRA, 2004, p.75, apud GONÇALVES, 2011, p.104)

Na obra de Ecléa Bosi, Memória e sociedade: lembranças de velhos, é possível identificar essa relação tão íntima e especial nos relatos daqueles que já foram um dia crianças:

[D. Alice] “A rua Conselheiro Nébias era uma maravilha porque a gente brincava de amarelinha, pegador, de lenço-atrás, podia atravessar a rua correndo, ficava à vontade. De noite podia ficar até as oito horas brincando ali na calçada, de roda. Brincávamos de ‘Senhora dona Sancha’, de ‘A canoa virou’.” (BOSI, 1994, p.96)

[Sr. Amadeu] “As crianças iam atrás. A rua não tinha calçada. Elas ficavam à vontade naquelas ruas antigas. Eram ruas de lazer, porque não tinha movimento, e crianças tinha demais. Em São Paulo, nos terrenos baldios grandes, sempre se faziam

parques para a meninada. Meus irmãos jogavam juntos futebol na rua. Tínhamos um clube, formado por nós, chamado Carlos Garcia.” (BOSI, 1994, p.125)

[Sr. Ariosto] “Eu fazia carrinhos com rodas de carretel de linha e nós brincávamos o dia todo, livremente, nunca me machuquei porque a rua não tinha carros [...]. A criançada corria e jogava no meio da rua futebol com bola feita de meia. As meninas convidavam a gente para brincar de roda com elas e cantávamos: Passa, passa três vezes o último que ficar!” (BOSI, 1994, p.155)

[Sr. Antônio] “Os meninos brincavam de futebol nas ruas com bola de meia. Nos matagais fazíamos campinhos. Entre uma rua e outra havia muita guerra a pedradas, um divertimento bom também. Não tivemos brinquedos, fazíamos papagaios, os ‘quadrados’, para empinar no morro dos Ingleses. Brincávamos de pegador, de barra manteiga, de roda: Eu fui no Itararé beber água e não achei [...]” (BOSI, 1994, p.227)

[D. Jovina] “Não gostava de bonecas. Meu sonho era ter um velocípede, mas Chico Bento tinha um e eu brincava no dele, dobrando minhas pernas compridas. Não cheguei a ter velocípede, não se davam brinquedos para as crianças. Brincávamos de roda, de ciranda [...] Pulei corda como ninguém imagina: Corda simples, de dois, passeio na corda, duas meninas entrando de cada lado, cruzando e saindo”. (BOSI, 1994, p.270)

Essas narrativas comprovam que a rua já teve, em algum momento da história das cidades, a capacidade de reunir um contingente de crianças em um único propósito: o brincar. O brincar é, para a criança, sua maneira de se relacionar com o mundo, sua forma de expressão mais elementar.

O brincar se expressa como uma das formas mais sofisticadas de partilha das relações de significação do mundo; entrecruza histórias, tempos e espaços; brinca-se com uma memória coletiva que ultrapassa quem brinca e o próprio momento da brincadeira: objetos, tempos, espaços, substâncias, regiões, épocas, cidades, países, continentes, rituais, os mais amplos e ricos contextos humanos. (VYGOTSKY, 1998, p.124 apud DEBORTOLI, 2008, p.79)

Ao brincar na rua, apropriavam-se dos espaços por meio do corpo, atribuíam outros sentidos aos objetos do universo adulto, experimentavam outra lógica do tempo ao não contarem as horas, divertiam-se. No ato de permanecer nas ruas dos bairros onde moravam, as crianças se inseriam em um espaço-tempo social desprovido da autoridade do adulto, podendo ali subverter a ordem, criar, problematizar e reconstruir as relações à sua maneira. Criavam vínculos com os lugares, com os amigos da rua e com os velhos que observavam a criançada pulando (e vez ou outra furavam a bola!). Esse cenário de uma rua cheia de crianças, envolvidas despreziosamente em um tempo e espaço absolutamente lúdicos, evidencia um momento da história das ruas e das cidades marcado por uma sociabilidade determinada pela proximidade, por relações de pertencimento e laços de vizinhança.

Aquela criança sonhava em permanecer mais tempo na rua e o adulto hoje sonha em voltar a ela. Ele percebe que muita coisa mudou de lá para cá. Nas entrevistas que realizamos com antigos moradores de diferentes gerações da cidade de Santa Isabel (SP), pudemos observar que a infância tornou-se, para os mais velhos, objeto de nostalgia. Evocam seu passado

com o desejo de revivê-la, como no relato de Gení: “A infância é a melhor coisa, melhor fase da nossa vida, porque é uma total e absoluta esperança de que tudo pode ser melhor, é sonho [...] e eu tive uma grande e bela infância.” (Gení, 68 anos).

Não deixamos de considerar, contudo, que a memória é uma seleção de acontecimentos, uma construção subjetiva, e deve ser pensada como tal. As lembranças da infância, inevitavelmente, são atravessadas por sentimentos que ofuscam a realidade vivida. Constroem-se narrativas baseadas em momentos, recortes de tempo e espaço marcantes, que tiveram impacto (positivo ou negativo) na trajetória dos sujeitos. Mas em todas as histórias que tivemos a oportunidade de ouvir, a rua esteve presente como parte elementar na formação dessas infâncias, compondo aquilo que Bosi qualifica como memória social (BOSI, 1994). O cruzamento dessas histórias revela o fato de que a rua foi na história das cidades, dentre elas Santa Isabel (SP), o domínio das crianças: “Desde que chegávamos da escola até a hora de dormir [...] passávamos o dia na rua” (Eduardo, 42 anos), conta Eduardo, um dos entrevistados. Rita, outra das entrevistadas, teve uma experiência um pouco diferente: “antes de ir para a rua brincar com minhas amigas, e tinha muitas meninas naquela rua, precisava terminar as tarefas da escola” (Rita, 40 anos). “Eu só descia quando minha mãe gritava bem alto, senão era capaz de eu varar a noite com a molecada na rua” (Tiago, 25 anos), lembra Tiago, sobre o tempo em que passava na rua em frente à sua casa, quando tinha por volta de onze anos de idade. Esses relatos evidenciam que a rua não só era cheia de crianças, mas que passar o dia inteiro nela era regra, e não exceção.

No romance “Os meninos da rua Paulo”, de Ferenc Molnár, observamos que o fenômeno da infância nas ruas não se circunscreve apenas à realidade brasileira do século passado. Ambientado nas ruas da Europa do século XIX, o livro narra as aventuras de um grupo de meninos que luta para defender seu território dos “Camisas vermelhas” (outro grupo de meninos que almejava tomar posse daquele espaço). O “*grund*”, como chamavam, era como um terreno baldio, desses pedaços de terra já em extinção na paisagem urbana em meio aos prédios e avenidas da Budapeste do fim do século XIX. Era, para eles, o espaço por excelência da vida, onde realizavam a infância em meio a uma cidade de concreto e asfalto, um reino para a aventura, para a evasão e para a liberdade:

Ó *grund*...ó vós, belos e sadios estudantes da planície, aos quais basta dar um passo para vos encontrardes na estepe imensa, sob a admirável redoma azul que se chama firmamento, vós cujos olhos estão acostumados às grandes distâncias, aos longes, vós que não viveis apertados entre edifícios altos, nem podeis imaginar o que é para os guris de Budapeste um terreno baldio, um *grund*. É a sua planície, a sua estepe, o seu reino, é o infinito, é a liberdade. Um pedacinho de terra, limitado a um dos lados por uma cerca meio desmornada, ao passo que pelos demais lados altos muros de edifícios o rodeiam. [...]. Por trás...pois é, era justamente esse lado de trás

que o tornava interessante, magnífico. Por trás havia outro terreno baldio, ocupado por uma serraria mecânica, que aí acumulava pilhas de lenha, amontoadas em cubos regulares e separados por grande número de ruazinhas [...]. Podia imaginar lugar mais agradável para folguedos? Nós [aqui o autor inclui-se], meninos da cidade, não queríamos saber de outro. O *grund* da rua Paulo era chão e representava as savanas americanas. Quanto ao terreno de trás, o da serraria, era para nós todo o resto: a cidade, a floresta, a serra, quer dizer, coisa diferente segundo as necessidades de cada dia. (MOLNÁR, 2013, p.26-27, grifo nosso)

É interessante notar ao longo da história não só o nível de organização dos grupos de meninos longe da supervisão dos adultos, mas também a identificação que estabeleciam com o “*grund*” e com os demais lugares da cidade. Ainda que se trate de uma obra de ficção (apesar de, em algumas passagens, o autor incluir-se no grupo dos meninos, dando a entender que há na narrativa uma mistura de fantasia e realidade), ela exhibe traços de um cotidiano comum às crianças daquele contexto socioespacial e aponta a importância da apropriação dos espaços públicos na experiência infantil.

Enfim, o drama termina com a vitória dos meninos da rua Paulo na batalha contra os “Camisas vermelhas”, mas os coloca diante de um inimigo maior: a urbanização e modernização capitalistas, que têm o capital imobiliário como uma de suas frentes de expansão.

A terra girava aos olhos de Boka. Desta vez as lágrimas brotaram. Estugou o passo, foi correndo ao portão, fugindo daquele pedaço de terra infiel que eles haviam defendido com tamanho sofrimento, tamanho heroísmo, e que ia deixá-los para carregar um imóvel nas costas para sempre. Do portão voltou-se mais uma vez, como quem abandona de vez a pátria. Para a grande dor que, a essa ideia, lhe apertava o coração, só encontrava uma consolação bem fraca. Coitado do Nemeček. Se não vivera bastante para receber a delegação da Sociedade do Betume pedindo perdão, pelo menos também não vira arrancarem-lhe a pátria pela qual morreria. (MOLNÁR, 2013, p.190-191)

Dentre tantos outros acontecimentos dramáticos – como a morte prematura do pequeno herói do grupo, o lourinho Nemeček – uma das maiores frustrações foi perceber que a luta em defesa do “*grund*” fora em vão, já que aquele pedaço de terra não mais poderia ser chamado de seu pelos meninos da Rua Paulo. Ganharam a batalha, mas perderam a guerra, e com ela, seu território, seu lugar, sua “pátria”. O espaço tornado mercadoria entra na roda da valorização e reprodução do capital. Passa não mais a abrigar os conteúdos sociais de uma infância, mas a carregar nas costas um imóvel, o símbolo da perda dos meninos, “[...] um triste edifício, de quatro andares cheio de moradores, nenhum dos quais sabe, talvez, que aquele pedacinho de terra significou a mocidade para alguns pobres estudantes de Budapeste” (MOLNÁR, 2013, p.26)

Assim como na obra de Molnár, a urbanização e a modernização chegam ao território brasileiro, impondo uma outra lógica à realidade urbana das cidades, modificando as formas de uso do tempo e dos espaços e as relações entre os seres. A rua, território em disputa, abriga

agora um inimigo mais poderoso e a permanência da infância no espaço público se vê ameaçada. Diante desse contexto, gradualmente as ruas são esvaziadas, vão aos poucos perdendo o sentido do encontro e da permanência, tornam-se lugar de passagem para os consumidores usufruírem de sua liberdade autorregulada ou para o automóvel, símbolo moderno que possibilitou, entre outras coisas, a expansão do tecido urbano da cidade que explodiu. Verifica-se a decadência de um universo generalizado de partilha e de relações sociais constituídas a partir do uso e da apropriação dos espaços públicos das cidades. Tais práticas, contemporaneamente, permanecem enquanto resíduos em meio à crise do uso e da cidade, marcas de um momento histórico em que a rua e o bairro formavam uma unidade capaz de reproduzir no cotidiano alguns dos elementos da vida urbana, da vida plenamente vivida, na qual, a permanência das crianças nas ruas para o jogo, era uma de suas formas de expressão.

### **3.2 Espaço-Tempo na metrópole, a cidade de Santa Isabel (SP) e o abandono dos sentidos da rua**

Não se trata simplesmente de um lugar de passagem e circulação. A invasão dos automóveis e a pressão dessa indústria, isto é, do lobby do automóvel, fazem dele um objeto-piloto, do estacionamento uma obsessão, da circulação um objetivo prioritário, destruidores de toda vida social e urbana. [...] A rua? É o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). Esses lugares privilegiados animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem. [...] Quando se suprimiu a rua (desde Le Corbusier, nos “novos conjuntos”) viu-se as consequências: a extinção da vida, a redução da “cidade” a dormitório, a aberrante funcionalização da existência. A rua contém as funções negligenciadas por Le Corbusier: a função informativa, a função simbólica, a função lúdica. Nela joga-se, nela aprende-se. A rua é a desordem? Certamente. Todos os elementos da vida urbana, noutra parte congelados numa ordem imóvel e redundante, liberam-se e afluem às ruas e por elas em direção aos centros; aí se encontram, arrancados de seus lugares fixos. Essa desordem vive. Informa. Surpreende. Além disso, essa desordem constrói uma ordem superior [...]. Na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, apropria-se dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado. Uma tal apropriação mostra que o uso e o valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca. (LEFEBVRE, 1999, p. 29-30)

A colonização da vida cotidiana por lógicas modernas que deturpam os sentidos do tempo e do espaço urbanos fez esvaziar as ruas de seus significados originários, do centro à periferia. Ao observarmos a cidade hoje como está, não conseguimos aceitar que aquilo que um dia se formou e se constituiu a partir de um movimento de resistência (consciente ou não) a um processo de segregação dos usos e exclusão dos espaços, ou seja, a apropriação da rua enquanto espaço de usufruto do ócio, da diversão, encontro e realização do lúdico, venha se esgotando, perdendo seu espírito de liberdade e gozo dos prazeres, dando lugar àquilo que lutávamos contra, ao uso exclusivo e funcional da rua como via de passagem e recolhimento da população ao conforto e segurança dos espaços privados ou institucionalizados pelo Estado.

E isso é vivido e sentido por todas as categorias sociais, inclusive e, sobretudo, as crianças. É senso comum que a relação das crianças com os espaços da cidade hoje é marcada

por novas temporalidades. Notamos, frequentemente, nas entrevistas que realizamos comentários como: “As crianças de hoje não são como as de antigamente, não sobem em uma árvore ou sabem pular um muro. A gente não! Eu jogava bola na rua descalço e cada dia estava com um curativo diferente!” (Tiago, 25 anos) ou “Na minha época, o Sol se punha e a gente continuava na rua até ouvir o grito da mãe ou o assovio do pai!” (Alexandre, 39 anos). Tais comparações entre uma infância supostamente vivida e outra observada refletem, de certa maneira, um olhar crítico à essa nova realidade. Eles revelam mais que apenas um choque entre gerações, nostalgia ou saudosismo sobre um ideal de infância em decadência. Expressam um olhar sensível às transformações das relações sociais em curso na metrópole. Nesse sentido, chamam a atenção ao problema que suscita essa pesquisa: onde estão e o que fazem as crianças da cidade de Santa Isabel (SP) e por que a rua não representa mais o espaço de realização da infância, do encontro com o diferente, das brincadeiras, jogos e de expressão do elemento lúdico?

Partimos da hipótese de que as transformações que operam o urbano em nosso tempo vêm alterando as relações entre os seres sociais e destes com os espaços e tempos das cidades. Assim como os adultos de hoje experimentam a cidade de uma maneira diferente dos adultos de décadas passadas, as crianças vivem um cotidiano notavelmente distinto das crianças das gerações anteriores. Acreditamos que esse fenômeno está relacionado à reprodução das relações de produção no cotidiano urbano, fenômeno que se aprofunda com a tendência totalizadora do processo de metropolização que, do nosso ponto de vista, tem uma forma de expressão na cidade de Santa Isabel (SP).

Esse fragmento da metrópole cumpre seu papel na divisão territorial do trabalho e acompanha, ao seu ritmo, os processos de modernização e urbanização do território de São Paulo, fenômenos fomentados pela acumulação mercantil cafeeira e induzidos pela crescente industrialização a partir de meados do século XX. A construção da metrópole revela-se mais tarde impulsionada pelo desenvolvimento de uma economia de serviços e pela incapacidade desta em absorver o trabalho nas proporções geradas, criando as bases para um novo padrão de acumulação. Os problemas gerados por essa nova realidade se manifestam, então, através da implosão-explosão do espaço urbano, movimento que leva à homogeneização e à fragmentação dos espaços, à negação dos elementos da cidade e, conseqüentemente, à sua crise (LEFEBVRE, 2008a).

É no desencontro dos inúmeros processos desencadeados que se vai configurar a metrópole, pelo dilaceramento da cidade histórica. A implosão da cidade deriva desta capacidade, desta força de reunião, e da positividade que ela gera, até o ponto que a “lei dos rendimentos decrescentes” atue. Assim, o movimento que

amplifica a capacidade de receber migrantes, de criar postos de trabalho, de gerir o bem público, de criar estruturas fixas essenciais à vida urbana vai rompendo, dilacerando a estrutura funcional e normativa da cidade, produzindo-a já, então, como metrópole. A cidade foi pelos ares; a explosão da cidade aparece concretamente no tecido urbano que prolifera. (SEABRA, 2000, p.11)

Embora os processos que caracterizam a produção do espaço na metrópole atuem de acordo com as particularidades dos territórios e não devam ser generalizados, senão enquanto tendência (CARLOS, 2017), o desenvolvimento e o avanço do tecido urbano para áreas cada vez mais distantes do centro, associados ao estabelecimento de novos padrões de consumo exigidos pelo mercado, suscitam a reelaboração dos espaços da cidade de Santa Isabel (SP) e das práticas de seus moradores, integrando a cidade e os sujeitos aos circuitos de valorização do lucro e ao modo de vida urbano que se impõe como padrão normativo.

Na cidade moderna da segunda metade do século XX, a homogeneização do espaço atravessou as antigas formas da vida urbana, fosse a partir das ações coordenadas pelo Estado, fosse a partir das imposições do mercado. Em cidades com uma presença menos marcante do planejamento estatal, as ordens vindas dos centros de gestão das grandes redes mundiais – as lanchonetes, as grandes lojas e o tipo de comércio de luxo ou de massa – tendem a apresentar um padrão formal de impacto espacial idêntico no mundo todo, com poucas diferenças entre si. Não só a fachada e as exigências com relação ao tráfego viário de acesso são elementos dessa homogeneização. Os hábitos de consumo, a padronização culinária e do gosto em geral, a moda e a grife, etc. são elementos de forte implicação sobre os costumes e as relações sociais, que apontam, por isso, para uma nova fonte de sujeição. (SIMONI-SANTOS, 2016, p.25)

Nos limites da região administrativa da metrópole paulista, a cidade de Santa Isabel (SP) exhibe características que remetem a essa forma histórica das cidades, a dizer, a metrópole. Insere-se na lógica metropolitana e ajusta-se a ela à sua maneira, sobretudo, como espaço subordinado que, apesar de localizar-se nas bordas da metrópole, alimenta-se ou, ainda, participa dialeticamente do movimento que constitui essa totalidade. Vítima dessa urbanização avassaladora que atravessa fronteiras e se expande para áreas cada vez mais afastadas, que se expressa através da construção de periferias e novas centralidades, isto é, pela ampliação do tecido urbano, fragmentado e homogêneo, observa-se nessa cidade com quase 60 mil habitantes - ainda que de forma menos intensa pela sua condição limítrofe entre o rural e o urbano - um cotidiano marcado pela temporalidade ininterrupta, pela intensidade e pelo volume dos fluxos de coisas e pessoas e pelos ritmos acelerados que definem e redefinem a metrópole constantemente.

[...] a vida cotidiana se vê invadida por uma outra dinâmica estabelecendo-se através da instalação de novos padrões e modelos de comportamento, novos valores que se constituem num outro plano que aquele do lugar em que vivem e que lhe são impostos, mas que ocorrem como decorrência das transformações espaciais. (CARLOS, 2017, p.197)

A população de Santa Isabel (SP) se vê imersa num mundo de imagens e representações que conflitam com a realidade da cidade. Justapõem-se, sobre os antigos hábitos e costumes tradicionais, novos valores e modelos de comportamento importados da cidade grande. Por exemplo, a aspiração e a busca por espaços de lazer e recreação não oferecidos no município, tais como os *shopping centers*, parques e bares noturnos, que vão aos poucos aparecendo na fisionomia da cidade. Diante disso, o sentimento de estranhamento dos mais velhos conforme nublam-se, em suas memórias, as lembranças criadas com os lugares da juventude torna-se tão nocivo quanto as barreiras colocadas à criação de vínculos dos mais novos com os espaços da cidade. A lógica metropolitana é arrasadora nesse sentido, pois invade o cotidiano da população, cria necessidades e desejos daquilo que é tido como símbolo do cidadão moderno, recria relações de todos os tipos, torna a vida na metrópole um objeto de luxo que impõe ser consumido, enquanto rejeita a vida urbana, enquanto corrompe os laços criados com os espaços da cidade e elimina os conteúdos sociais que foram fundamentais na construção de seus lugares.

Os lugares transformados da cidade produzem uma nova dinâmica, as ruas redimensionam-se e ganham outro conteúdo que tende a eliminar o lúdico, transformando-se em lugar de passagem. O processo de reprodução do espaço urbano vai se constituindo eliminando antigas formas que traziam a marca da sociabilidade, pontos de encontro, o lugar da festa, tragando os rituais e seus mistérios, eliminando referências, com isso destruindo as bases de apoio da memória social. (CARLOS, 2017, p.45)

Portanto, ainda que os processos que caracterizam a reprodução do espaço da metrópole não tenham, na cidade de Santa Isabel (SP), alcançado a mesma forma e intensidade como em outros lugares desta, a crise da cidade se materializa no cotidiano da população. A reprodução da vida urbana nas bordas da metrópole é delineada pela substituição de antigas formas de uso do tempo e dos espaços por novos padrões de consumo, equivalentes, de modo geral, no mundo todo. O fenômeno de metropolização põe fim à sociabilidade marcada pelo ritmo singular dos lugares, à familiaridade dos comércios locais e aos traçados imperfeitos das ruas que faziam pulsar a vida na cidade.

A ordenação dos processos de reforma urbana e de substituição das formas da cidade não é dada exclusivamente pela velocidade do deslocamento na cidade. A elaboração de novos padrões de consumo, exigidos pelo atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, implicou uma reelaboração dos hábitos e da disposição dos equipamentos urbanos destinados ao escoamento da produção. Primeiramente os supermercados vêm substituir as mercearias, “vendingas” ou os empórios de bairros. Depois, o fenômeno dos *shopping centers*, dando continuidade, esvazia o comércio de rua. Como se não bastasse, as grandes redes de *fast-food* e os funcionais restaurantes por quilo substituem o botequim e os restaurantes tradicionais. A fisionomia da metrópole transforma-se e as formas de uso do espaço também. Os lugares tradicionais do encontro já não existem ou perderam vivacidade. (SIMONI-SANTOS, 2016, p.21)

O tempo do morador de Santa Isabel (SP), portanto, segue sendo colonizado pelo ritmo dos processos que articulam os espaços da metrópole no movimento de reprodução e valorização do capital. As filas que desenham as calçadas em frente aos bancos e casas lotéricas diariamente, o trânsito intenso e desordenado de todos os dias e os passeios de carro nos finais de semana em busca do lazer consumível, são marcas do tempo da produção que extrapola os muros da fábrica e invade o cotidiano dos sujeitos, subjuga todos os momentos da vida e determina as formas de viver e experimentar o urbano. A produção da vida, no sentido amplo, efetua-se, então, pela reprodução das relações de produção nos espaços cotidianos, como aponta Lefebvre:

Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro. (LEFEBVRE, 2008b, p.47-48)

O espaço inteiro entra na dança de ritmo frenético definida pelo capital. Não se pode escapar sem antes realizar alguns passos, giros e saltos. Para onde quer que se olhe, o cotidiano inteiro é programado, os corpos ajustados de acordo com o compasso dessa dança.

O velho ritmo do estômago, aprendido desde a primeira infância, é violentado. O ritmo do sono, do sistema nervoso são violentados para seguir os vetores desse tempo sem margens. O operário mergulha na vertigem do tempo vazio em que sua vida se decompõe para que o objeto da indústria se integre e se componha. (BOSI, 1994, p.417)

A necessidade de acompanhar a velocidade e os padrões das relações socioespaciais, que se multiplicam e ganham outro sentido com o fenômeno de metropolização, força a mudança dos hábitos e o enquadramento da sociedade à tirania da racionalidade moderna. Nesse cenário, inibe-se a criação de vínculos com os espaços da cidade e, aqueles que eram antes os lugares do encontro, da festa e do lúdico, cedem passagem à funcionalização dos tempos e espaços cotidianos. A extensão de um padrão de urbanização homogêneo e fragmentado acaba, ainda, por impor formas hegemônicas de representação e uso dos espaços, em especial da rua, levando ao enfraquecimento das relações sociais e das relações dos indivíduos com os lugares.

Entendida como lugar de passagem, a rua sofre com os imperativos de uma lógica que pressupõe agilidade, racionalidade, funcionalidade para o escoamento de mercadorias e pessoas. Como afirma Simoni-Santos, “Na cidade do automóvel, do tempo rápido da produção e do lucro, a rua assumiu uma funcionalidade exclusiva: lugar de passagem eficaz para os valores e trabalhadores transportados pela cidade. A funcionalização da rua exigiu a segregação dos usos.” (SIMONI-SANTOS, 2016, p.18).

A rua, lugar do encontro e da reunião dos corpos, experimenta a crise do uso e da cidade a duros golpes. Ela exhibe as contradições dos fenômenos de urbanização e modernização, pois, no íntimo desse processo, deixa de ser lugar da permanência para se tornar lugar único e exclusivo da passagem, da circulação, servindo aos anseios do movimento de reprodução do capital na metrópole.

Nela, mais que noutros lugares, a troca e o valor de troca prevalecem sobre o uso, até reduzi-lo a um resíduo. [...]. Se a rua pôde ter esse sentido, o encontro, ela o perdeu, e não pôde senão perde-lo, convertendo-se numa redução indispensável à passagem solitária, cindindo-se em lugar de passagem de pedestres (encurralados) e de automóveis (privilegiados). A rua converteu-se em rede organizada pelo/para o consumo. A velocidade da circulação de pedestres, ainda tolerada, é aí determinada e demarcada pela possibilidade de perceber as vitrinas, de comprar os objetos expostos. O tempo torna-se o “tempo-mercadoria” (tempo de compra e venda, tempo comprado e vendido). A rua regula o tempo além do tempo de trabalho; ela o submete ao mesmo sistema, o do rendimento e do lucro. Ela não é mais que a transição obrigatória entre o trabalho forçado, os lazeres programados e a habitação como lugar de consumo. (LEFEBVRE, 1999, p. 31)

A generalização do automóvel abre os caminhos para que essa representação da rua se materialize no cotidiano das cidades. O carro torna-se o brinquedo favorito do cidadão moderno, pois é ele a expressão do encurtamento do tempo e dos espaços que caracterizam a metrópole, símbolo do individualismo e da propriedade privada, objeto de desejo de todas as classes sociais, embora principal inimigo das crianças nas ruas. A rua inevitavelmente passa pela redução de seus sentidos, esvazia-se de seus conteúdos originários e assim como outros espaços da cidade, torna-se vítima da funcionalização trazida pela urbanização que deteriora, homogeneiza e fragmenta os espaços das cidades.

Neste momento os esforços do poder público se voltam para destituir as ruas das funções que a constituíram ao longo dos últimos séculos. A rua definitivamente se volta para sua função estrita de elo de ligação, de passagem. A cidade se expande, trazendo nessa expansão o seu avesso, e a rua é tomada pelo motor a combustão, meio pelo qual a proliferação do tecido urbano se realiza. É, portanto, simultâneo e imbricado a queda qualitativa do uso da rua com a formação da metrópole que tem no motor a combustão seu meio principal de locomoção. A cidade vai desaparecendo para dar lugar à metrópole, e com ela, por meio da transformação da rua em lugar de passagem das máquinas, vai desaparecendo seu espaço mais pulsante, mais significativo em termos de usos e apropriação: a rua. (GONÇALVES, 2011, p.95)

Nesse processo, são várias as representações da rua como espaço avesso à permanência, lugar do perigo, da violência, da má influência, da criminalidade, das drogas e dos acidentes de trânsito. Essa ideia é facilmente identificada na mídia e nos discursos dos pais que não permitem que seus filhos brinquem nas ruas e, inclusive, na fala das crianças que crescem com esse tipo de representação da rua. A ideologia do medo, rapidamente disseminada e facilmente aceita, restringe o “uso” da rua no cotidiano a breves momentos – quanto mais rápidos forem, melhor – pois a rua não é objetivo, é meio, elo entre a casa e o trabalho, o *shopping*, o parque e a escola.

É lugar a ser evitado, melhor seria se pudesse ser suprimido! A rua abriga os monstros da urbanização. Todos os problemas suscitados por esse processo aparecem na rua de alguma forma, uma vez que “[...] a rua não escapa da crise que assola a cidade.” (GONÇALVES, 2011, p.59). E isso interessa ao capital e ao Estado, pois na medida em que se intensifica o processo de esvaziamento desse espaço, este é preparado como lugar exclusivo da/para a reprodução econômica.

Assim, a infância (mas não somente ela) perde seu espaço na cidade e é separada da rua violentamente sem o uso da força. A rua não mais representa o espaço de socialização da infância, do encontro com o diferente, do brincar e da realização do lúdico. A infância, antes vivida na rua, já não entende esse espaço como lugar excepcional para sua realização. Há uma recusa consciente e não intencional de vivê-la em toda sua extensão, tanto pelas crianças como pelos adultos. A rua é perigosa e se desconhece ou se ignora o potencial da infância ali vivida.

A análise da criança e da infância na metrópole deve, irremediavelmente, passar pela rua. Nela se encontram práticas infantis em nítido processo de desaparecimento, nela tenta-se impor mais a funcionalidade restrita da passagem, a inviabilidade da permanência, em especial a das crianças, por se tratar do lugar eleito pela sociedade como símbolo do perigo. A rua como lugar a ser evitado é mais um dos ideários importados dos chamados países desenvolvidos no bojo dos hábitos importados – e tidos como melhores – no processo de modernização e industrialização da sociedade. (GONÇALVES, 2011, p.102)

Nesse sentido, ao colocarem-se obstáculos à permanência das crianças nas ruas, a infância é obrigada a ingressar cada vez mais cedo e de forma mais intensa na lógica da reprodução do tempo na metrópole. Isso explica o recolhimento ao espaço privado das casas e a criação de espaços específicos e padronizados destinados à infância (sejam eles públicos ou privados), preparados para o pleno desenvolvimento das qualidades exigidas pelo mundo moderno. Também justifica o investimento e a oferta cada vez maior de produtos oferecidos a esse público alvo, pois a criança e o jovem separados da rua tornam-se nova frente de exploração pela economia capitalista.

A crise da cidade, de seu uso e apropriação coincidem, não por acaso, com a deterioração da infância. A fragmentação do espaço da cidade não se dá sem a fragmentação de suas formas de uso do tempo. Tal condição adentra o universo infantil com voracidade: a cidade de outrora pertencia à criança. Ela, com sua potência criadora e lúdica, era um elemento constituinte do espaço das cidades. A cidade se realizava com os usos e permanências da criança no espaço público e a criança se formava fazendo parte da cidade. (GONÇALVES, 2011, p.110)

De qualquer forma, a infância contemporânea, de modo geral, experimenta uma outra realidade urbana, aquela da forma metropolitana, da crise do uso, da explosão das formas da cidade antiga e da expansão do tecido urbano fragmentado e homogêneo. Quais são os efeitos desse fenômeno em seu cotidiano?

### 3.3 O cotidiano infantil na metrópole

Nem sempre criança coincide com infância. [...]. Quando as crianças são permeadas de atividades com horas marcadas, em lugares especializados, possuindo um cotidiano maçante e estressante, certamente seu ritmo de vida assemelha-se muito ao dos adultos. Onde está o espaço e o tempo da infância? Crianças que não brincam e que não jogam (praticam esportes especializados!) possuem infância? Crianças que só realizam jogos solitários em seus computadores estão brincando? Ou estão aprendendo a trabalhar? (GONÇALVES, 2011, p.109)

O movimento de ressignificação da rua, associado ao fenômeno metropolitano, tem, no cotidiano infantil, uma série de repercussões que vão ser decisivas no relacionamento desses sujeitos com a cidade, tendo como efeito mais direto e imediato o recolhimento das crianças ao conforto e à segurança do espaço privado da casa. Essa postura compreende uma ideia de cuidado e proteção das crianças em relação aos perigos do espaço público e, de fato, os pais se sentem menos apreensivos tendo as crianças sob sua vigilância em tempo integral. Em nossas entrevistas, foi comum na fala dos responsáveis o medo sugerido pelos riscos a que estariam submetidas as crianças nas ruas sem a supervisão de um adulto. Tendo como único exemplo esse modelo de representação da rua, as próprias crianças entendem esse espaço como uma ameaça a sua seguridade: “[...] eu só posso ir na rua se tiver um adulto me olhando, porque é perigoso ficar lá sozinha, pode passar um carro e me levar embora” (Letícia, 10 anos). Por consequência, acentua-se o processo que leva ao esvaziamento e à funcionalização das ruas, o qual, por sua vez, fornece justificativas para o isolamento das crianças em suas casas, caracterizando um movimento retroalimentativo para o qual não há soluções imediatas, a não ser, talvez, a apropriação e o uso da rua, como sugere Lefebvre:

Os trabalhos de Jane Jacobs mostraram que nos Estados Unidos a rua (movimentada, frequentada) fornece a única segurança possível contra a violência criminal (roubo, estupro, agressão). Onde quer que a rua desapareça, a criminalidade aumenta, se organiza. (LEFEBVRE, 1999, p.30)

Karsten aponta que o movimento de apropriação das ruas de Amsterdã nos anos 50, 60 e 70 pelas crianças era associado a uma espécie de controle social, ou seja, a liberdade mencionada nos relatos de adultos que tiveram sua infância marcada pelo uso das ruas era acompanhada por comentários frequentes acerca da supervisão exercida por várias pessoas, como vizinhos, membros da família, primos mais velhos e até mesmo a polícia (KARSTEN, 2005). Isso significa dizer que, apesar da aparência de abandono e irresponsabilidade com as crianças que brincavam o tempo todo nas ruas, a vigilância era constante (mesmo que não fosse realizada deliberadamente), feita pelos velhos vizinhos em suas janelas ou mesmo pelos jovens maiores que se misturavam às brincadeiras e aos jogos.

De qualquer modo, a deterioração dos laços de proximidade e vizinhança e o estilhaçamento da vida urbana desencadeados pelo processo de metropolização dificultam ou, ainda, tornam impossível esse controle social que, de certa maneira, viabilizava a permanência das crianças nas ruas das cidades. Disso deriva o lamento dos pais pela necessidade de isolamento de sua prole, com a intenção de preservar sua inocência e o seu bem-estar. Presas às paredes de casa, confinadas e sujeitas a relações restritas ao ambiente doméstico, as crianças são impedidas de construir vínculos com outros seres sociais e usufruírem das possibilidades infinitas da infância vivida na rua. Essa carência - sentida não apenas pelos pais, mas também pelas crianças, - por espaços de socialização é preenchida pela criação de espaços específicos para que os garotos e garotas participem em atividades coletivas com o seu grupo de pares e possam, portanto, divertir-se, exercitar-se e sociabilizar. Como enfatiza Gonçalves:

O movimento que, gradativamente, vem caracterizando a rua como imprópria à permanência, ao uso, não se desassocia do que vem valorizando os espaços privados (clubes, shoppings, parques, academias...) e especializados, como sendo legítimos espaços onde se deve praticar os esportes, os lazeres, os encontros etc. (GONÇALVES, 2011, p.59)

Como a rua já não comporta a infância, esta deve alocar-se em locais apropriados, seguros, construídos especialmente para o melhor desenvolvimento cognitivo e social dos indivíduos. Espaços padronizados, reduzidos a funções mínimas. Assim, enquanto a rua esvazia-se cada vez mais (pois torna-se perigosa, local de passagem dos carros, do estranho e do diferente, em geral, inóspita), estimula-se a construção de parques de diversão, quadras poliesportivas, escolinhas de futebol, clubes e outros espaços públicos ou privados, onde sob a supervisão dos pais e a partir de atividades programadas ou não, as crianças podem brincar, divertir-se e claro, aprender (conceito que está em moda nos debates sobre educação). Lugar de jogar futebol ou praticar vôlei é na quadra de esportes. Andar de bicicleta, somente no parque. As crianças crescem sabendo disso e, assim, a cidade torna-se para elas um acúmulo de pontos desconexos e assume formas que se convertem precocemente em alienação urbana.

A funcionalidade é segregadora por natureza. Como cada elemento espacial urbano exerce uma determinada função, rejeitando as demais formas de uso, o convívio de atividades e funções é reduzido ao mínimo (...). Essa segregação é expressão, no limite, da separação entre o espaço e seus conteúdos sociais, de uma materialidade extraída (subtraída) da história. (SIMONI-SANTOS, 2016, p.24)

Como observamos, o processo que transforma a rua em espaço de circulação e passagem é completado pelo de criação de locais especializados para a permanência. A lógica da divisão do trabalho da fábrica ecoa na cidade e cada espaço detêm uma finalidade específica no cotidiano dos indivíduos. Esses locais são reduzidos a funções mínimas e, diferentemente da rua de outrora, privam as crianças de usufruírem do potencial da infância ao não promovem (ao

contrário do que pensam os idealizadores, arquitetos e urbanistas) a criatividade, a criação, a espontaneidade e a subversão. As atividades são controladas e geralmente mediadas por um adulto. Ou então, contam com dispositivos e equipamentos que direcionam as práticas dos meninos e meninas, os quais se tornam, nesse processo, usuários passivos diante de um espaço previamente planejado e organizado.

A rua já não comporta a multiplicidade de tempos como antes, tal como aponta Simoni-Santos (2016), isso aos poucos está se extinguindo. Não há a sobreposição dos tempos da criança, do trabalhador, do velho, do estudante. Reina o tempo rápido dos carros e, logo em seguida, o do consumidor. Mas estes espaços funcionais que substituem a rua como lugares de socialização tampouco compreendem distintas temporalidades. Eles conduzem, ao contrário, a experiência e as relações dos indivíduos a um grupo restrito e homogêneo de pessoas. As crianças não mais escutam as histórias do velho vizinho. O encontro com o diferente torna-se evento circunstancial no cotidiano das crianças e o tempo que dita suas práticas é também o tempo cronometrado da metrópole.

O uso desses espaços ocorre com data e hora marcadas, aniquilando, assim, a espontaneidade dos encontros e a extensão das relações para além das práticas em si. Há, frequentemente, um horário para começar e outro para encerrar a atividade, sobretudo quando se tratam de espaços privados (neles se compra e se consome um tempo determinado). Na rua, as crianças vez ou outra marcavam de jogar bola ou brincar de esconde-esconde o que, de certa maneira, aponta a influência do relógio em suas práticas. Mas somente começavam quando se juntava número suficiente para que o jogo acontecesse e não tinham, porém, quando acabar. Como observa Gonçalves sobre esses encontros dos meninos e meninas na rua para o futebol: “O convívio desses garotos ultrapassa o momento do jogo, se dá também antes e depois das partidas. Os garotos não se encontram exclusivamente para jogar bola, mas se encontram e também jogam bola.” (GONÇALVES, 2011, p.54). Em contraste a isso, os parques têm hora de abrir e fechar. Nas quadras, há a disputa por reservas de horários. O tempo da criança ou é controlado ou segue a lógica do “quando der” (ditado pelos pais e responsáveis), como revela o depoimento de Otávio, um de nossos entrevistados:

Nos finais de semana o pai do meu amigo e ele vem aqui me buscar e a gente vai na quadrinha que tem ali no Pq. Santa Tereza. Aí a gente joga bola quando não tem ninguém lá. De vez em quando outro amigo meu também vai [...]. Às vezes ele leva a gente pra andar de bicicleta no Jaguari, mas geralmente ou meus amigos vem aqui em casa ou eu vou na casa deles. (Otávio, 13 anos)

Desse modo, o cotidiano se apresenta aos jovens, desde muito cedo, como o lugar dos gestos repetitivos e da uniformidade de hábitos, comportamento, valores, etc. Tudo regulado,

já que, sem a supervisão e/ou a autorização dos pais, elas não podem recriar um espaço outro, experimentar uma outra lógica do tempo que supere a racionalização que domina todos os momentos da vida.

A lógica da produção se instala no cotidiano infantil. As crianças, sobretudo aquelas com melhores condições financeiras (as que não possuem também tentam inserir-se de outra maneira), passam a semana observando a cidade através dos vidros dos carros, saltando de um ponto a outro (espaços funcionais que passam compor a fisionomia da cidade fragmentada) numa rotina premeditada: da escola para a natação, da natação para o curso de línguas, do curso de línguas para a aula de música, da aula de música para a escolinha de futebol. A busca dos pais por um padrão de educação e um arcabouço de habilidades que atendam as expectativas de um mercado de trabalho cada vez mais exigente conduzem a criança a uma semana repetitiva e exaustiva que se assemelha muito ao dia a dia maçante de trabalho do adulto.

Quando não estão sob a lei da produtividade do tempo – o tempo utilizado para preparar-se para o mundo do trabalho, estão sob os axiomas do tempo do consumo dos lazeres programados, derivação do tempo do trabalho no cotidiano vivido. O tempo livre da criança (assim como o dos adultos), de livre nada possui. Ele não é suspensão do tempo das obrigações (do trabalho), não é tempo de realização da infância, do ócio, mas antes intervalo necessário para a recarga das energias que darão suporte às atividades (a produção) do dia seguinte. Esse tempo assinala a reprodução da vida na metrópole, caracteriza o estilo de vida que se estabelece como padrão normativo no processo de modernização da sociedade.

Pensando o tempo, vê-se que a consequência mais imediata e direta foi a de ter que administrar o uso do tempo. A noção de perda, de diminuição ou de ganho de tempo condicionou, em termos práticos, a relativização a gratuidade do tempo em relação às estruturas da modernidade, essa é a nossa questão. A modernidade cria a entrada no mundo do trabalho, no mundo da tecnologia aplicada ao mundo do trabalho. E a modernização da cidade, relacionada à urbanização, com os conteúdos em constante transformação, está nesse fluxo. É, portanto, nos quadros da vida urbana que aquele tempo, que não era tempo produtivo, passaria por enquadramentos sucessivos. Até o ponto em que todo o tempo tende a ser tempo produtivo, tempo quantificado pelo dinheiro. E, assim sendo, o que é o tempo que não é produtivo? É o tempo do ócio que, enquanto tal, é intersticial, comporta práticas lúdicas e não se confunde com o tempo livre. Tempo livre é uma categoria da modernidade que se insere funcionalmente no tempo produtivo da sociedade do trabalho. Tanto que se tem dado margem para que se desenvolva a indústria do entretenimento. (SEABRA, 2008, p.135)

O gozo do ócio deu lugar ao consumo do lazer e do tempo livre e a estes são dedicados os finais de semana e as férias. Sintoma dessa funcionalização do tempo que regula a vida do trabalhador e extrapola a lógica do tempo do trabalho para além dos marca-pontos das fábricas, de um modo tal que invade também a vida cotidiana das crianças. Dia de brincar é somente sábado e domingo, quando os responsáveis podem levá-las. Mas nem sempre os pais podem ou

têm disposição, já que estão cansados devido à semana exaustiva de labor. Não raro, deixam a criança alienada, isolada pelas paredes do quarto, submersa num universo infinito de tecnologias, reforçando a separação dela com outras crianças e dela com a cidade. Torna-se, ainda, alvo fácil para o mercado e para estratégias de dominação pela forma mercadoria:

[...] tem-se acirrado o isolamento das crianças, que estão cada vez mais sozinhas, institucionalizadas em tempos e espaços específicos, experimentando relações restritas a seus próprios pares. [...]. As ruas, as cidades, os condomínios, os bairros, as comunidades, mesmo as escolas, vão perdendo um sentido de expressão coletiva e de partilha das relações sociais. As crianças se veem envolvidas em um mundo de imagens, tecnologias, produtos e desejos individuais que a maioria sequer tem condições de se apropriar (não por competência, mas por meios de acesso a inserção) mas que, como norma, ou moeda, impõem ser consumidos como expressão do novo cidadão contemporâneo. (DEBORTOLI, 2008, p. 76)

As crianças não escapam às determinações impostas pelo capital e são bombardeadas por um número cada vez mais crescente de propagandas veiculadas pela internet e televisão. Por meio delas, a indústria cultural produz a subjetividade dos espectadores, cria desejos e necessidades de produtos e o consumo torna-se prática comum no cotidiano infantil. A criança, portanto, experimenta precocemente um modelo de vida que pressupõe e impõe o ajustamento dos corpos, dos comportamentos e valores dos indivíduos para as regras de um mundo no qual impera o valor de troca e a superficialidade das relações mediadas pelas mercadorias. Smartphones, videogames, jogos eletrônicos, trata-se de uma infinidade de brinquedos e tecnologias com obsolescência programada que mantém a criança solitária, entretida por um tempo determinado, até que novos produtos, mais modernos, cheguem ao mercado e aqueles outros deixem de ser atrativos. Assim, sujeita ao consumo constante dos signos, a infância se conserva sob a tirania da troca, passiva diante dos jogos e brinquedos pré-estabelecidos e ao não experimentar outra lógica, deixa de criar, de ser atriz.

A industrialização do cotidiano, fenômeno do mundo moderno, avançando sobre as particularidades, as faz objeto de estratégias mercadológicas; o mercado para os jovens não deixa de se diversificar, impondo signos do consumo – as “marcas” -, objetos de todo tipo, teor e qualidade. O consumo do signo ameaça o “uso” como fruição, como desfrute [...] O mundo do brinquedo infantil não é menos oportunista. Nele, a pretexto de, já na infância, se promoverem adequações “necessárias”, ameaça-se a própria infância com um esvaziamento de sentido, tendo em vista as tecnologias em curso. Os brinquedos eletrônicos conduzem e preparam a passividade do espectador. (SEABRA, 1996, p. 77-78)

Num universo infinito de novas tecnologias, a criança tem a sensação de estar conectada a uma rede de relações sociais mais ampla e diversa, usufruindo das possibilidades dos jogos eletrônicos, da internet e das vantagens de um mundo dito globalizado. Para elas, viver em um mundo sem as tecnologias que conhecem hoje seria impensável, como conta Danilo: “Eu conheço um pouco da infância dos meus pais, mas na época deles eles não tinham a tecnologia que eu tenho hoje e se eu já conhecesse eu não conseguiria viver sem [...] nos jogos de vídeo

game eu consigo fazer coisas que não poderia normalmente. ” (Danilo, 12 anos). Uma vez imersa em um ambiente virtual, distancia-se de relações reais, do contato com o outro, com o diferente. A criança amarrada às algemas do fetiche da mercadoria é somente mais uma a sofrer as mazelas da alienação, sem dar-se conta dos constrangimentos pelos quais é submetida. Logo, a indústria do entretenimento dá o golpe final na possibilidade de realização dos sentidos da rua ao afastar a criança dos conteúdos de uma infância que pressupunha o encontro, a criação, a fantasia, a espontaneidade e a criação de vínculos com os espaços da cidade:

Ao invadir a infância o reino da aparência e da troca faz estragos enormes, domina as últimas fronteiras da criatividade e da espontaneidade impondo o que é falso, mas pode ser comprado. A diversão que é vendida já não pode, não consegue, ser divertida. A mesmice se instala na infância, este lugar que já foi o poço das descobertas infinitas, constantes. (GONÇALVES, 2011, p.108)

O consumo generalizado, enfim, captura a infância contemporânea. O capital coloniza a vida dos sujeitos e os traços dessa colonização aparecem no cotidiano sob a forma da administração (racionalização) do tempo e do consumo do espaço urbano. A partir dele (o cotidiano) e nele mesmo, o capital programa os atos, controla as práticas, “impõe padrões, comportamentos, valores... imprime novos sentidos [...]” (SEABRA, 1996, p. 82), tornando possível sua reprodução. A segregação da criança em relação à rua e sua alienação diante dos conteúdos de uma experiência infantil em decadência se dão, também, no cotidiano, pois ele serve ao capital como um modo de ajustar e modelar os corpos aos desígnios da razão abstrata, às suas necessidades.

Mas, assim como o corpo impõe limites a dimensão lógica, o cotidiano não se reduz à realidade, ele é aberto, está na práxis, determina a práxis. É o vivido, é o prático sensível além do real e entra no debate das possibilidades e impossibilidades. O cotidiano é também o campo das improvisações, aquilo que escapa ao modo de produção capitalista, em que aparecem os resíduos, aquilo que é irreduzível e se contrapõe ao hegemônico. É no cotidiano, portanto, que está posta a superação das alienações que impedem a transformação e a mudança da vida. E a infância na rua revela, para nós, a virtualidade através de sua obra, uma poderosa arma contra o poder econômico.

#### 4 O POTENCIAL DA INFÂNCIA NA RUA E O DIREITO À CIDADE

A criança sofre, o adolescente sofre. De onde vêm, então, a saudade e a ternura pelos anos juvenis? Talvez porque nossa fraqueza fosse uma força latente e em nós houvesse o germe de uma plenitude a se realizar. Não havia ainda o constrangimento dos limites, nosso diálogo com os seres era aberto, infinito. A percepção era uma aventura; como um animal descuidado, brincávamos fora da jaula do estereótipo. E assim foi o primeiro encontro da criança com o mar, com girassol, com a asa na luz. Ficou no adulto a nostalgia dos sentidos novos. (BOSI, 1994, p.83)

Ao longo desse ensaio, falamos de um movimento geral de esvaziamento dos sentidos da rua associado ao processo de subjugação do cotidiano infantil à lógica de reprodução das relações de produção na metrópole, mais especificamente na cidade de Santa Isabel (SP). Ao afastar-se da rua, a criança foi separada dos conteúdos de uma infância definida por aqueles elementos então negligenciados pela modernidade. Ou seja, o lúdico, o jogo, a espontaneidade, a fantasia e o sonho - que foram desde o início do desenvolvimento do que se entende hoje por infância atribuídos especialmente a esse momento da experiência humana - foram alienados da criança submetida à racionalização do espaço e do tempo face à crise da cidade e do urbano. Compreendemos que este fenômeno se fundamenta na contramão de uma possível experiência urbana emancipatória, no sentido contrário, portanto, ao Direito à Cidade entendido e “[...] formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada.” (LEFEBVRE, 2008a, p.118).

Ao seu modo, entretanto, a infância permanece ainda como um dos últimos redutos da possibilidade de apropriação dos espaços e de realização do urbano. Isso porque é ainda possível ver no cotidiano da cidade de Santa Isabel (SP) - assim como em outros fragmentos da metrópole paulista, como demonstra o trabalho de Gonçalves sobre o bairro da Penha, na cidade de São Paulo (GONÇALVES, 2011) - resquícios de práticas típicas da infância de outrora, um dia amplamente disseminadas pelos quatro cantos das cidades, como demonstramos, mas que permanecem hoje enquanto resíduos de um outro tempo. Em nossas andanças pelas ruas da cidade, verificamos (sobretudo em bairros periféricos) práticas que sobrevivem aos processos de apagamento dos conteúdos urbanos, produtos dessa relação ou antes elementos não capturados por ela, porque não podem ser pois, como aponta Seabra, “[...] a energia vital, o homem como espontaneidade, mesmo tendendo a recuar, não pode desaparecer, que ele não desaparece à proporção que cresce a artificialidade do mundo.” (SEABRA, 1996, p. 74). Há nessas práticas algo que resiste ao desgaste ininterrupto provocado pela expansão de lógicas que degradam o sentido da vida urbana. Elas contêm, inegavelmente, algo de irredutível que sobreviveu às armadilhas do fenômeno metropolitano.

Ao não se extinguirem, os sentidos da existência humana desprezados pela modernidade sobrevivem também por meio da infância, sua maior fonte de expressão, já que a ela foram relegados tais elementos. Do conflito entre criança e a racionalidade moderna, insurgem resíduos de práticas históricas da infância na rua como formas de resistência, uma vez que se apropriam dos tempos e dos espaços através da exaltação dos corpos. Portanto, a infância guarda, ainda que reprimidos, “resíduos irreduzíveis ao domínio da razão” (SEABRA, 1996, p.71). A dimensão do uso não se ajusta imediatamente à abstração da lógica, não cede inteiramente para a troca e, logo, não é apagada do cotidiano vivido, podendo desvelar possibilidades de superação das alienações. Como afirma Seabra:

[...] no vivido, como o nível da prática imediatamente dada, que a natureza aparece e transparece, como corpo, como uso. É nesse nível que o prazer, o sonho, o desejo se debatem, e que os sentidos da existência propriamente humana, não se deixando aniquilar, podem se insurgir. (SEABRA, 1996, p.75)

Nesses resíduos, aparecem marcas de um passado ainda presente. Eles se contrapõem e são as permanências dos sistemas estabelecidos que se impõem. Não se trata, contudo, de um conservadorismo nostálgico, mas sim de uma operação teórico-metodológica em direção à utopia. O resgate do passado ou a análise do que ficou dele tornam-se necessários na medida em que esse movimento fornece elementos para se pensar um projeto de futuro. Olhar para a infância na rua significa, desse modo, buscar referências para se pensar uma sociedade que tenha como princípio e estratégia a apropriação, o uso do tempo, do espaço e do corpo como fruição.

A restituição das dimensões concretas alienadas se posiciona no cerne de um projeto que prioriza a apropriação, como estratégia subversiva e finalidade, num processo ativo de desalienação. Essa apropriação não é somente a apropriação do produto alienado, mas também do tempo, do corpo, dos desejos, do sonho e do espaço, o principal entre estes e que os viabiliza. (SIMONI-SANTOS, 2021, p.20)

Ao apropriar-se da rua, a criança subverte o sentido econômico usualmente atribuído a ela, recriando um novo espaço, mais vivo e de usos diversos. Um muro pode ser mais do que a simples expressão dos limites de uma propriedade, pode ser um gol, um pique, quiçá uma tela para pintura, ou ainda um esconderijo. A noite é mais que apenas um momento de descanso e de reposição das energias para o dia seguinte, é também hora das brincadeiras que não abrem mão da escuridão que esta proporciona, como o esconde-esconde ou o polícia-ladrão. Esta subversão “[...] é a manifestação mais elementar da criatividade [e] a fantasia subjetiva subverte o mundo.” (VANEIGEM, 2002, p.277, grifo nosso).

Atrás do cortinado, a própria criança transforma-se em algo ondulante e branco, converte-se em fantasma. A mesa de jantar, debaixo da qual ela se pôs de cócoras, a faz transformar-se em ídolo de madeira em um templo onde as pernas talhadas são as quatro colunas. E atrás de uma porta, ela própria é porta, incorporou-

a como pesada máscara e, feita um sacerdote mago, enfeitiçará todas as pessoas que entrarem desprevenidas. Por preço algum ela deve ser encontrada. (BENJAMIN, 2009, p. 107-108)

Benjamin já nos alertava para essa capacidade de recriação dos sentidos e de subversão da ordem das coisas pelas crianças ainda não conformadas pela lógica adulta:

É que as crianças são especialmente inclinadas a buscarem todo local de trabalho onde a atuação sobre as coisas se processa de maneira visível. Sentem-se irresistivelmente atraídas pelos detritos que se originam da construção, do trabalho no jardim ou na marcenaria, da atividade do alfaiate ou onde quer que seja. Nesses produtos residuais elas reconhecem o rosto que o mundo das coisas volta exatamente para elas, e somente para elas. Neles, estão menos empenhadas em reproduzir as obras dos adultos do que em estabelecer uma relação nova e incoerente entre esses restos e materiais residuais. Com isso as crianças formam o seu próprio mundo de coisas, um pequeno mundo inserido no grande. (BENJAMIN, 2009, p. 57-58)

A infância, finalmente, revela que outros sentidos, bem como outros usos dos espaços públicos e do tempo são possíveis e necessários, por isso tão perigosa à manutenção da ordem social. Percebe-se que a apropriação dos espaços e dos tempos pela e para a infância guarda alguns sentidos da vida urbana tal como apontada por Lefebvre: “Na rua, teatro espontâneo, eu me torno espetáculo e espectador, às vezes ator. Aqui se efetua o movimento, uma mistura sem a qual não existe vida urbana, mas separação, segregação estipulada e fixa.” (LEFEBVRE, 1999, p.29).

A alienação da infância, portanto, não se configura como um dos momentos derradeiros da vitória do valor de troca sobre o uso e o valor de uso? Entendemos que a separação da criança dos conteúdos da infância, ou mais especificamente, dos sentidos atribuídos aos espaços pelos mais jovens, revela minimamente estratégias articuladas pelo poder econômico aliado ao Estado para destruir todo e qualquer resquício do germe urbano que resiste e permanece em nossa sociedade, toda e qualquer tentativa de viver, em um mundo largado à sobrevivência. E esta é “[...] a vida reduzida ao essencial, à forma abstrata da vida, ao fermento necessário para que o homem participe na produção e no consumo.” (VANEIGEM, 2002, p.171). Diante desse panorama, o jogo e o brincar da criança podem romper radicalmente com uma lógica que deturpa o sentido lúdico dos tempos e dos espaços e da realização do desejo de viver já que “Não queremos um mundo no qual a garantia de não morrer de fome se troca pelo risco de morrer de tédio.” (VANEIGEM, 2002, p.20). A infância na rua exhibe assim seu potencial por meio de seus atos práticos.

Além disso, entendemos que a apropriação dos espaços das cidades, principalmente das ruas, é parte importante para a formação da relação dos sujeitos com o espaço urbano. A elaboração do exercício de responsabilidade em relação ao que é comum e de aplicação e reprodução de regras ao nível de sociabilidade do cotidiano só se dá a partir da vivência do

espaço público, uma vez que a criança exercita o pertencimento a um universo social, compartilha um conjunto de representações e relações. “Na rua se joga e aí se aprende no contato com o outro uma nova dimensão da vida - aquela que se constrói na prática social onde está posta a sociedade urbana em constituição: com seus símbolos e funções informativa e lúdica.” (CARLOS, 2007, p.54). É ali, no contato com o diferente, que a criança e o jovem criam o novo, ao se relacionar com o que já existe (o qual são herdeiros). Enchem-se de significados os espaços na infância, de tal maneira que a infância, em si, é significada e assume profundo sentido existencial.

As crianças são atores sociais, capazes de transformar o espaço e a realidade e, ainda, apontar um caminho possível a trilhar em direção à realização da vida urbana pois, como afirma Walter Benjamin: “não são as coisas que saltam das páginas em direção à criança que as vai imaginando – a própria criança penetra nas coisas durante o contemplar.” (BENJAMIN, 2009, p.69). Por isso, há um esforço histórico de arrancar a rua das crianças, para dar passagem ao carro, motor da urbanização que carrega consigo o projeto moderno. Atualmente, esse esforço volta-se para expulsar as crianças das ruas, pois elas figuram uma ameaça à ordem social, como observa Gonçalves:

A criança na rua é tida como sinônimo de degradação social a partir do século XIX no Brasil. Ela passa a representar perigo à propriedade e por consequência à ordem pública. Tirar as crianças da rua passa a ser a meta, mas resta saber se para “salvar” as crianças ou para evitar suas ações. (GONÇALVES, 2011, p.99)

Os jogos, as brincadeiras, as malandragens são a razão de ser da infância. As crianças na rua contrapõem-se com destreza a qualquer tentativa de imposição de regras e hierarquias do mundo adulto. Como diz Benjamin, elas “[...] são insolentes e alheias ao mundo.” (BENJAMIN, 2009, p. 86). As crianças experimentam outras lógicas, do tempo não produtivo aos espaços não funcionais. Jogam na rua com liberdade, pois “[...] só o jogo dessacraliza, só ele abre a possibilidade da liberdade total. [...] é o princípio da subversão, a liberdade de mudar o sentido de tudo aquilo que serve ao poder [...]” (VANEIGEM, 2002, p.272). Liberdade latente da qual um dia fruímos, o que revela que ainda é possível viver e que essa possibilidade está tão próxima de nós, como distante.

A infância, ainda que subjugada, apresenta armas contra a sobrevivência, sua capacidade de se levar, de se opor à sobrevivência, é de grande potência e pode dar nela golpes duros. Sem pretensão, de forma despropositada, as crianças e jovens, ao jogarem bola, criam momentos (situações?) de levante e alusão a uma vida autêntica, de pleno desenvolvimento dos sentidos, do corpo, da criatividade. Concebem e exercem a diversão sem mediações da troca, sem espaços especializados e consumíveis, sem especialistas, sem tempos pré-determinados. Negam e/ou ignoram a ausência de equipamentos, de lugares destinados a seu “lazer”, reinventam por isso um lugar de passagem, criam por meio da prática lúdica e da subversão da rua um lazer não programado. Toda vez que a liberdade de criar – sem mediadores,

mercadorias e especialistas – é posta em prática é uma tentativa de levante da vida, e ainda que por alguns momentos, a sobrevivência é duramente golpeada. (GONÇALVES, 2011, p.68-69)

Visto que o cotidiano não é a realidade pura e acabada, ele se apresenta para nós como o lugar do possível, das tensões e dos confrontos, no qual se defrontam os dogmas e as dúvidas. Como afirma Seabra, “a vida cotidiana com seus ritmos e sentidos cada vez mais prescritos constitui um feixe de possibilidades: nela está o melhor e o pior.” (SEABRA, 1996, p.80). Ao contemplar esses níveis, o cotidiano torna-se central para pensar o projeto de transformação do mundo pelo viés lefebvriano, pois nele se efetuam as contradições, contemplando, assim, as virtualidades.

Não se trata, todavia, de resolver a crise da cidade na tentativa de reviver um passado romantizado. A perspectiva utópica lefebvriana distancia-se do nostálgico conservador, como aponta Simoni-Santos:

Apesar do recurso a imagens do passado que parecem expressar ou dar os parâmetros de uma vida ou unidade perdidas, que frequentemente constituem o cerne ou o ponto de partida para a crítica do presente, o romantismo revolucionário lefebvriano se mantém direcionado para o futuro. De fato, as imagens e os conteúdos da cidade-obra, da festa e do resíduo, que povoam o universo dos trabalhos de inspiração lefebvriana, atendem, no amplo espectro das considerações do autor, aos propósitos da elaboração de um horizonte utópico renovado e servem de parâmetro para a construção de uma vida una e total, mas que não se efetiva no retorno ao passado. (SIMONI-SANTOS, 2021, p.07)

Realiza-se, portanto, este movimento de retorno para entender o presente e reinventar o futuro. Assim, o passado pode indicar, por meio do que já foi, o possível. O resíduo aponta para um horizonte emancipatório e desse modo, a infância na rua nos lança um olhar sobre a virtualidade das relações que se realizam através das apropriações, pelo uso do tempo, do espaço e do corpo “[...] essencialmente porque abrigam dimensões da existência, os sentidos da vida: o prazer, o sonho, o desejo, o riso!” (SEABRA, 1996, p.71). Cercadas por um universalismo abstrato e racional, as crianças exibem a possibilidade e a habilidade de dar outro sentido às coisas e às relações, configuram uma frente de enfrentamento perante as alienações.

Enfim, a importância da infância reside na energia potencial de suas práticas cotidianas – os jogos, as brincadeiras, as malandragens. A rua acolhe essa infância, é o lugar por excelência de sua realização. Par indissociável, de forma que um não se realiza sem o outro em sua totalidade e a experiência urbana tende a desaparecer. Não podemos assistir passivamente à derrocada das experiências singulares da infância nas cidades, haja vista sua capacidade de revelar uma vida urbana possível, obscurecida no e pelo cotidiano, por práticas modernas que colonizaram a vida. Não podemos desistir da rua e da cidade como os lugares de encontro, de animação, de participação, de criatividade, de diversidade e realização do lúdico:

Ao retirar as crianças das ruas, a sociedade assume que desistiu de fazer da rua um lugar agradável, habitável. Desistiu da rua enquanto locus do lúdico, entregou a rua ao destino da solidão, quem permanece nela apresenta perigo, permanecer nela é perigoso. Desistir da rua enquanto lugar de sociabilidade e permanência é desistir do Direito à Cidade. (GONÇALVES, 2011, p.103)

Não podemos desistir da infância, portanto, se aspiramos uma sociedade livre das alienações e que caminhe em direção à vida urbana total já que “[...] a criança, no limite, continua sendo a expressão da espontaneidade para o viver.” (SEABRA, 1996, p.78).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, João. Brinquedos populares: Um patrimônio cultural da infância. *In:* DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira (Org.); MARTINS, Maria de Fátima Almeida (Org.); MARTINS, Sérgio (Org.). *Infâncias na metrópole*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p.71-86.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas vol.II: Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Rua: espacialidade, cotidiano e poder. *In:* CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007, p. 51-60.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole*. 2ª. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.
- DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira. *Imagens contraditórias da Infância: Crianças e adultos na construção de uma cultura pública e coletiva*. *In:* DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira (Org.); MARTINS, Maria de Fátima Almeida (Org.); MARTINS, Sérgio (Org.). *Infâncias na metrópole*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p.71-86.
- GONÇALVES, Glauco Roberto. *A crise da cidade em jogo: O futebol na contramão em ruas da Penha*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia Humana - FFLCH-USP, São Paulo, 2011.
- KARSTEN, Lia. *It All Used to be Better? Different Generations on Continuity and Change in Urban Children's Daily Use of Space*. *Children's Geographies*, Amsterdam, v. 3, n. 3, p. 275-290, Dez. 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *Da cidade à sociedade urbana*. *In:* LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 15-32.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5ª. ed. São Paulo: Centauro, 2008a.
- LEFEBVRE, Henri. *O espaço*. *In:* LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008b, p.36-57
- OLIVEIRA, Cláudia. *O ambiente urbano e a criança*. São Paulo: Aleph, 2004 apud GONÇALVES, Glauco Roberto. *A crise da cidade em jogo: O futebol na contramão em ruas da Penha*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia Humana - FFLCH-USP, São Paulo, 2011.
- POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *A insurreição do uso*. *In:* MARTINS, José de Souza (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 71-86.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Urbanização: bairro e vida de bairro*. *Travessia: Revista do Migrante*, São Paulo, ano XIII, n. 38, set./dez. 2000.

- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Futebol: Do ócio ao negócio. *In*: DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira (Org.); MARTINS, Maria de Fátima Almeida (Org.); MARTINS, Sérgio (Org.). *Infâncias na metrópole*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p.129-146.
- SIMONI-SANTOS, César. O espaço da metrópole, o tempo dos velhos e a alienação urbana. *Mais60 - Estudos sobre Envelhecimento*, São Paulo, v. 27, n. 64, p. 8-31, abr. 2016.
- SIMONI-SANTOS, César. Em direção a uma utopia espacializada: romantismo e vida cotidiana no marxismo de Henri Lefebvre. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. v. 23, E202139pt, 2021.
- VANEIGEM, Raoul. *A arte de viver para as novas gerações*. São Paulo: Conrad, 2002.
- VYGOTSKY, Lev Semenovitch. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1998 apud DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira. *Imagens contraditórias da Infância: Crianças e adultos na construção de uma cultura pública e coletiva*. *In*: DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira (Org.); MARTINS, Maria de Fátima Almeida (Org.); MARTINS, Sérgio (Org.). *Infâncias na metrópole*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p.71-86.